

EDUCAÇÃO FINANCEIRA



**Tribunal investe em curso que ensina
a lidar com o dinheiro**



ESPECIAL

Só lei federal pode obrigar
publicidade dos males de
componentes alimentares



PREMIAÇÃO

Projeto da Unicorp
recebe prêmio em
educação a distância

Sombra, frutos e água fresca: quem não gosta?



Viva ela... ela viva!

21 de Setembro - Dia da Árvore

Comissão Socioambiental do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.

Ao leitor

A democratização do crédito nos últimos tempos, sem sombra de dúvidas, impulsionou a economia e possibilitou a inclusão das classes menos favorecidas no mercado de consumo. Mas as facilidades dos dias de hoje, somadas à elevada oferta de bens e serviços e à sensível melhoria de renda do povo brasileiro, trouxeram junto consigo um fenômeno crescente, alarmante e perigoso, que está inviabilizando os sonhos das pessoas e retirando-lhes as perspectivas de uma vida digna: o superendividamento. Fruto de diversos fatores, entre eles a dificuldade de lidar com o orçamento familiar, o interesse pelo tema vem crescendo no país, levando empresas públicas e privadas a contra-atacarem, buscando alternativas para auxiliar seus funcionários a saírem do vermelho. E é exatamente o que está fazendo o TRF da 1.ª Região ao encarar o assunto sem reservas, de forma séria, madura e responsável. O endividamento excessivo dos servidores da Primeira Região está na pauta de trabalhos da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (Unicorp), que ofereceu o curso Educação Financeira, iniciativa que despertou o interesse e atraiu grande número de servidores no TRF e seções judiciárias, com resultados surpreendentes. Nossa reportagem de capa traz os detalhes desse empreendimento que está devolvendo esperanças aos servidores em situação de endividamento e orientando àqueles que desejam ter uma relação mais produtiva com suas finanças.

Em entrevista à Primeira Região em Revista, a diretora da Secretaria de Controle Interno, Ionice de Paula, nos fala do encontro das áreas de controle interno da Primeira Região, evento que reuniu, no mês de junho deste ano, na sede do TRF, em Brasília, representantes de todas as seccionais da Primeira Região. Entre outros pontos, ela fala, ainda, de mudanças no exercício da atividade de controle interno, que passou a atuar também na eficiência da gestão.

E dando continuidade ao processo de interiorização da Justiça Federal e expansão dos Juizados Especiais Federais, registramos a instalação de mais duas novas varas, uma na Subseção Judiciária de Muriaé e a 2.ª Vara Federal de Ipatinga, ambas em Minas Gerais.

Temas como autoconfiança no trabalho, halitose, licença por acidente de serviço, escritório de projetos, visita à obra da nova sede do TRF, mutirão em SFH, entres outros, foram abordados nas diversas editorias da revista.

Aproveitem a leitura.

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:
Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros, Jaqueline Mendes, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Euvaldo Pinho, Luiz Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Gráfica e Editora Movimento Ltda

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1ª Região

Contato

primeiraregiaoemrevista@trf1.jus.br

ARTE: JORDÂNIA J. ALVES



10 | Capa

Servidores participam de curso de educação financeira

Acesse www.trf1.jus.br



Portal do TRF1

Portal do TRF1



e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Consulta Processual

Consulta processual da Primeira Região



e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



INTERNET

30 Painel

Programa de visitas as obras da nova sede



EUWALDO PINHO

54 Por aí

Os encantos do Egito



INTERNET

62 Saúde

Saiba como evitar esse desconforto

6 Entrevista

Pela primeira vez, as unidades de controle interno da Justiça Federal da Primeira Região reúnem-se em evento sediado pelo Tribunal. A diretora da Secretaria de Controle Interno do TRF 1.ª Região, Ionice de Paula Ribeiro, fala sobre o encontro

32 Conhecimento

Magistrados visitam Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

48 Votação eletrônica

Servidores escolhem: Justiça Sustentável é o nome do Programa Socioambiental do TRF

48 Panorama Primeira Região

Acompanhe os principais acontecimentos nas seções e subseções judiciárias

52 Artigo

Por um TRF em cada Estado
Geraldo Magela- juiz federal da Seção Judiciária do Piauí

58 Comportamento

Autoconfiança- Você confia no seu desempenho?
Por Shirley Pontes



Ionice de Paula Ribeiro,
diretora da Secretaria de
Controle Interno do TRF, fala
da experiência do Tribunal
em sediar o Encontro de
Controle Interno da 1.^a Região,
ocorrido em junho deste ano,
e sobre os principais temas ali
abordados

▼ CHICO CAMARGO E JAIR CARDOSO

A Administração Pública é regida pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Isso significa que o gestor público só pode agir dentro dos limites legais e, mais que isso, deve pautar sua ação para atender aos interesses da coletividade. Mas quem controla os gastos públicos? Quem avalia se o dinheiro público foi realmente aplicado de forma correta, eficaz?

A resposta é simples: os órgãos de controle. Na Administração Pública, os atos do Poder Executivo são fiscalizados pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional) com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Mas quem fiscaliza os órgãos de controle? Outra resposta simples: os órgãos de controle interno.

Segundo o Instituto de Auditores Internos do Brasil (Audibra), os controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. A alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

No âmbito da Justiça Federal da 1.^a Região, o controle interno é realizado pela Secretaria de Controle Interno, que tem por objeto a fiscalização para garantia da regularidade jurídica, contábil e operacional da gestão. Para proporcionar a integração das unidades de controle interno que integram a 1.^a Região, bem como discutir questões polêmicas submetidas à análise do controle interno, o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região sediou, entre os dias 27 e 30 de junho, o Encontro de Controle Interno da 1.^a Região.

Sobre o tema, conversamos com a diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi) do TRF, Ionice de Paula Ribeiro. Nas próximas páginas você terá a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre este assunto tão presente no cotidiano do serviço público. Vale a pena conferir!



Atualmente o controle tem por objetivo a eficiência da gestão, fazer mais com menos.



O Encontro de Controle Interno da 1.ª Região foi organizado para qual, ou quais finalidades?

O Encontro de Controle Interno da 1.ª Região teve por objetivo estabelecer diretrizes no âmbito do Tribunal e das seções judiciárias da Justiça Federal da 1.ª Região e visou à realização de atividades inerentes ao sistema de controle interno de forma padronizada e compatível com as determinações oriundas dos órgãos de controle a que a administração do Poder Judiciário está sujeita, como TCU, CNJ e CJF. Também objetivou proporcionar a integração das unidades de controle interno da 1.ª Região, bem como discutir questões polêmicas que são submetidas à análise do controle interno.

Ao falar na abertura do evento e fazer uma referência histórica, o diretor-geral do TRF da 1.ª Região, Felipe dos Santos Jacinto, mencionou como atribuições dos órgãos de controle de interno a vigilância, o exercício da autoridade ao auditar contas, punir gestores...". Com efeito, era assim que o senso comum, até há bem pouco tempo, percebia o trabalho dos controles internos. Houve mudanças nessa percepção? O que mudou? E como mudou?

De fato, houve mudanças significativas, nos dias atuais, na forma de exercício da atividade de controle interno, inclusive pelo próprio Tribunal de Contas da União. Pode se afirmar que até pouco tempo, o controle tinha por objetivo o próprio controle. Atualmente o controle tem por objetivo a eficiência da gestão, fazer mais com menos. Observar princípios como o da economicidade, sustentabilidade, etc., mediante orientações ao gestor para tomada de decisão

e verificação prévia e concomitante dos procedimentos adotados pela administração.

O TRF da 1.ª Região tem um sistema de controle interno padronizado?

A Constituição Federal de 1988 prevê que o Poder Judiciário terá sistema próprio de controle interno, todavia essa regulamentação só começou a ser delineada a partir da existência do CNJ, em 2005. No entanto, no âmbito da Justiça Federal da Primeira Região, o sistema de controle interno foi implantado sem maiores dificuldades desde o início das atividades da Secretaria de Controle Interno, que sempre atuou em parceria com as unidades de controle interno das seções judiciárias. Todavia, não há como padronizar o controle, que é executado conforme a necessidade do objeto a ser controlado.

Como se dá a atuação do controle interno ao longo do exercício fiscal?

A atividade de controle interno observa, durante todo o exercício, a regularidade e a legalidade dos atos da gestão administrativa, sob os aspectos contábil, operacional e jurídico. Esse controle é exercido de forma prévia à realização do ato ou da despesa, concomitante à realização e, ainda, posteriormente. Tradicionalmente, o controle interno sempre foi atividade executada posteriormente à realização da despesa; entretanto, o TCU observou que essa forma de controle era pouco eficiente, além de gerar prejuízos para o erário, na medida em que o ato já praticado dificilmente é desfeito com recomposição completa do patrimônio público.



Um evento como esse Encontro proporciona discussões que resultam em aperfeiçoamento de procedimentos de forma a tornar as rotinas de controle mais eficazes e produtivas? Dê um exemplo.

Seguramente. Durante o encontro foram discutidos os vários entendimentos acerca da fundamentação legal para a aquisição de combustível para subseções judiciárias, tendo sido definido, por consenso, procedimento único que, a partir do encontro, seria aplicado em todas as seções judiciárias.

De que forma os auditores do controle interno do TRF da 1.ª Região são percebidos pelos integrantes dos diversos setores da Administração quando estão atuando?

Até pouco tempo, os auditores eram vistos com certa antipatia; contudo, em decorrência da nova forma de atuação do controle interno, os gestores e demais servidores da Administração demonstram que se encontram completamente à vontade para buscar, pessoalmente e pelos meios de comunicação disponíveis, a orientação da equipe do controle interno.

Que recomendações o controle interno faria para que se tenha uma gestão eficiente e eficaz?

O grande desafio do gestor é realizar a gestão com eficiência sem mitigar o princípio da legalidade. Gerir recursos orçamentários com escassez de recursos humanos, atendendo aos princípios da legalidade e da eficiência, exige criatividade, constante capacitação e, por vezes, ousadia. É certo que, com a parceria firmada com a unidade

de Controle Interno, e grande disposição para superar as dificuldades, a gestão atinge, com certeza, o patamar de eficiência desejado.

Quem é o controle interno do controle interno?

Embora sutil, a pergunta tem resposta. O controle interno tem por objeto a fiscalização para garantia da regularidade jurídica, contábil e operacional da gestão. Dessa forma, o próprio gestor controla o controle, na medida em que questiona as suas recomendações, o eventual excesso de rigor na atuação ou quando demanda a sua atuação prévia à execução dos atos de gestão. De outro modo, os órgãos de controle interno como o CNJ, em nível nacional, e o CJF, em nível de Justiça Federal; e de controle externo, como o TCU, são instâncias que impõem regramentos à atuação das unidades de controle interno, portanto, também controlam o controle. ■

Educação Financeira e a saúde do seu BOLSO

TEMA DESPONTA COMO SOLUÇÃO PARA A CULTURA DO ENDIVIDAMENTO QUE SE INSTALA NO PAÍS

▼ MARTHA HORMANN

Nos anos 70, nos Estados Unidos, percebeu-se que, diferentemente do rico, o cidadão pobre paga suas dívidas rigorosamente em dia, pois não tem tantas opções para postergar, renegociar ou adiar seus compromissos. O pobre sabe que, caso não esteja em dia com seus pagamentos, terá seu nome nos cadastros de mau pagador e encontrará dificuldade quando precisar de mais crédito.

A partir dessa descoberta, segundo o sítio eletrônico da Universidade Gama Filho, o mercado financeiro entendeu que facilitar crédito às classes sociais americanas menos favorecidas poderia ser um bom negócio, pois o risco de inadimplência era menor e havia possibilidade de se impor uma taxa de juros mais alta, o que resultaria em lucro maior para as instituições financeiras. Assim foi que se instalou a cultura do débito nos Estados Unidos, e até hoje uma

grande parte da população passa a vida se esforçando para pagar contas e dívidas, deixando de poupar para o futuro.

Hoje, no Brasil, encontramos uma realidade parecida. Nos últimos anos, a classe média foi incentivada a consumir mais, contando com as facilidades propostas pelo mercado financeiro. Entretanto, a indústria não estava preparada para o aumento da demanda, e esse quadro passou a representar o risco de volta da inflação. Essas pessoas, hoje, têm dívidas, e muitas chegam a se desvencilhar de bens recentemente adquiridos para fazer face às obrigações contraídas.

Segundo Álvaro Modernell, administrador com mestrado em finanças e sócio-diretor de uma empresa especializada em educação financeira, o brasileiro, em

geral, está com endividamento acima do razoável, enquanto que o nível de poupança no país encontra-se abaixo do ideal. Além disso, mais de 50% da população tem dívidas, principalmente no cartão de crédito, no cheque especial e em forma de crédito consignado. "O endividamento do brasileiro não é tão alto quanto o do americano, mas cresce em ritmo acelerado e preocupante. Por isso, é necessário que se promova a educação financeira, que se traduz em posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso dos recursos pessoais", explica Modernell.

Para o especialista, a inflação, que já representou um problema mundial, foi praticamente vencida nos últimos 15 anos, portanto os governos se deparam agora com a necessidade de manter a estabilidade econômica, o que só é possível se cada indivíduo cuidar de sua saúde financeira. Por outro lado, "uma população financeiramente educada contribui para que a produção se fortaleça, numa economia estável, gerando crescimento por meio do consumo consciente", acrescenta.

Segundo o sítio do Banco Central do Brasil (Bacen), neste ano o cenário econômico internacional registrou "aumento de riscos para a estabilidade financeira global devido ao agravamento dos problemas fiscais em economias maduras, ao aumento do risco inflacionário nas economias emergentes, à instabilidade geopolítica no norte da África e Oriente Médio e a incertezas quanto à recuperação global".

Tudo isso gerou a necessidade de se construir a educação financeira das populações, como relata Álvaro Modernell: "no final de 2010, esta tendência, que é mundial, já era uma realidade em mais de 60 países, como, por exemplo, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, México e Inglaterra, que já haviam instituído programas formais nesse sentido, inclusive nas escolas".

NO BRASIL

A preocupação com a consciência financeira já chegou ao Brasil. Órgãos como o próprio Banco Central (Bacen) dispõem de programas que objetivam preparar multiplicadores de uma nova visão do dinheiro em órgãos públicos e empresas. O Banco tem também profissionais aptos a proferir palestras sobre o tema, mediante solicitação. Na seção "perfil do cidadão", no sítio eletrônico da instituição, estão disponíveis dados sobre investimentos, diferença entre os tipos de aplicação, dicas de finanças

pessoais e até de como se livrar de situações financeiras complicadas.

Vital Fagundes, especialista em gestão financeira do Bacen, conta que o Programa inclui, ainda, visitas de alunos de escolas públicas ao museu do Banco, onde aprendem sobre a história da moeda brasileira e recebem as primeiras orientações sobre como lidar com o dinheiro. Além disso, o sítio oferece orientação destinada especialmente ao público jovem, na seção "BC Jovem". "Tudo isto, para que o Banco Central desenvolva sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e um sistema financeiro sólido e eficiente", informa o especialista.

Se aprender a lidar melhor com o dinheiro é uma preocupação para muitas pessoas, evitar o endividamento ou sair dele é uma necessidade. Luiz Cláudio da Costa, vice-diretor geral da Procuradoria de Defesa do Consumidor (Procon) do DF, conta que muitas vezes o órgão é procurado por pessoas endividadas, as quais questionam encargos contratuais excessivos, como nos casos de dívidas de cheque especial ou cartão de crédito. "Infelizmente, pouco podemos fazer nesses casos, pois os contratos têm de ser respeitados. Costumamos conferir os cálculos para ver se os valores cobrados estão de acordo com as cláusulas estipuladas. Se estiverem, não há muito o que fazer", pontua.

O vice-diretor revela que, para o próximo ano, há projetos de várias ações de orientação ao consumidor, inclusive a criação de uma escola que proporcionará cursos de Educação Financeira à comunidade. No entanto, já se tem notícia de empresas privadas especializadas em conscientizar o consumidor e "treiná-lo" para mudar a atitude e a maneira de encarar o dinheiro, com o objetivo final de criar uma cultura de poupança e investimento.

Administrador Álvaro Modernell, especialista em gestão financeira Vital Fagundes e vice-diretor do Procon, Luiz Cláudio da Costa



Mas parece que a situação ainda preocupa alguns especialistas quando se trata do consumidor mais jovem. Para Álvaro Modernell, quando essas pessoas entram no mercado de trabalho, encontram fácil disponibilidade de crédito, mas não têm nenhum preparo para lidar com isso. Por esse motivo, estão sendo apontadas como membros de uma das parcelas da população brasileira mais atingida pelo endividamento.

Embora não haja estudos ou estatísticas a respeito, outra parcela da população que vem sendo ameaçada pela dificuldade de poupar e pelo endividamento é a dos servidores públicos. A hipótese confirma-se em alguns órgãos públicos que já se movimentam para educar financeiramente os servidores.

É o caso da Câmara dos Deputados, em Brasília. Sabendo que aproximadamente 20% do quadro de servidores lidava com algum incômodo de ordem financeira, a diretoria da instituição decidiu, em 2003, implementar ações para auxiliar seus trabalhadores a repensar a maneira de administrar recursos.

A psicóloga Adriana Rodrigues, que acompanha o programa desde o início, esclarece que ele tem passado por mudanças e reformulações para que se ajuste às novidades e tendências. No primeiro momento, o "Programa de Orientação Financeira", com uma semana de duração, contava com abertura feita por um palestrante renomado, que despertasse a atenção do público. Seguiam-se minicursos sobre

assuntos variados, direcionados a mulheres, pais e filhos, e adolescentes. Alguns abordavam temas como orçamento familiar, de casais ou pessoal, e direitos do empregador doméstico. Posteriormente, cursos mais extensos ocorriam durante o ano, com ênfase na negociação de dívidas e questões emocionais geradas pelo contexto financeiro do indivíduo.

No segundo ano, o curso passou a chamar-se "Educação Financeira", e o foco voltou-se para a questão dos investimentos, com direcionamento por faixa etária e atendimento, inclusive, ao público infantil. "Agora, no 8.º ano, oferecemos cursos de Finanças Pessoais, com carga de seis horas, e estamos planejando outro, de aplicações no Tesouro Nacional", conta a psicóloga.

Iniciativas como essas também já estão presentes no Poder Judiciário. Há sete anos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) promove palestras de educadores financeiros e psicólogos e oferece cursos ao público interno duas vezes por ano. Além disso, o orientador financeiro Sartre Gonçalves Santos, servidor da casa, está à disposição dos colegas permanentemente. Ele conta que ajuda "no diagnóstico da situação individual, na elaboração de orçamentos e até na orientação sobre investimentos conservadores". Segundo ele, alguns servidores que já acompanhou relatam que conseguiram resolver seus problemas. Outros voltam, buscando mais orientação.

Na Justiça Federal do DF, a analista judiciária Maria José Seabra, participou de um curso oferecido pelo órgão em 2008. Um consultor financeiro e uma psicóloga se revezavam na tarefa de apresentar à plateia uma nova maneira de encarar o dinheiro. "Na época, eu não sabia quanto ganhava nem quanto gastava, fazia os cálculos de cabeça, me



ARQUIVO PESSOAL

DEPOIMENTOS

"O curso vale a pena, pois a psicóloga nos faz pensar se somos racionais ou emotivos na hora de gastar, se gastamos por necessidade ou por capricho, se valorizamos o que ganhamos para que renda ao máximo, além de reflexões sobre maturidade e planos para o futuro; sem contar as dicas práticas do analista financeiro".

LUCIANE DOS SANTOS BEZERRA

"Esclarecimento sobre a ligação entre finanças e emocional é um desafio para mudar o paradigma capitalista em que vivemos."

CRISTINA FLORES GARCIA

"O curso é muito útil para aprender sobre novas situações e relembrar outras tantas, que já sabemos, mas, às vezes, fazemos de conta que não".

LUIZ CORASSA



sentia obrigada a ajudar pessoas que pediam emprestado”, conta Maria José. Hoje ela faz planejamento financeiro, sabendo que não é “proibida de gastar”, mas que usar o dinheiro de maneira mais consciente possibilita realizar mais sonhos e desejos. Segundo a servidora, o dinheiro é instrumento para o alcance de metas, que muitas vezes parecem grandes, mas que são perfeitamente possíveis, desde que os recursos financeiros sejam utilizados de maneira organizada.

Ela conta ainda que a experiência trouxe mudanças em muitas áreas de sua vida, inclusive nas relações interpessoais. Antes, se não recebia de volta dinheiro que havia emprestado, sentia-se constrangida a cobrar, pois, ao nível do inconsciente, confundia afetividade e dinheiro. “Agora, quando alguém me pede emprestado, explico que não tenho recursos disponíveis, pois faço investimentos. Até me disponho a dar informações para ajudar a pessoa, mas em geral ninguém se interessa. Mas é claro que num caso de doença ou necessidade mais premente, se tiver eu posso emprestar”, afirma a servidora.

Hoje, ela trabalha na área de qualidade de vida da Justiça Federal e, por razões de trabalho, frequentou o primeiro curso oferecido pelo TRF/ 1.ª Região, que aconteceu de 15 a 28 de setembro. Ela conta que, já com três anos de experiência, percebeu que, apesar da maturidade financeira adquirida, ainda tem pontos a melhorar: “a mudança requer

planejamento, disciplina e determinação”, aponta.

A analista entende que, embora haja muita literatura sobre finanças pessoais no mercado, o auxílio de um especialista é importante, pois “nossas atitudes em relação ao dinheiro são baseadas em crenças e paradigmas familiares, e os livros são muito técnicos e não conseguem atingir esta face do problema”.

Ela recomenda a experiência a todas as pessoas, mesmo as que não tenham problemas, pois lá se aprende também como gerar mais lucros. “É preciso abandonar a mentalidade de pobre, que aceita pagar juros embutidos em prestações porque se quer um objeto imediatamente”, aconselha com a propriedade de quem hoje chega a pagar a anuidade do colégio dos três filhos a vista, com desconto, após haver investido a quantia total durante um ano e auferido lucros.

A servidora do TRF/ 1.ª Região, Fábica Cristina de Barros, técnica judiciária, participou do mesmo curso e conta que ele foi um divisor de águas em sua vida, pois trouxe “a percepção de que a ausência de equilíbrio financeiro reflete o desequilíbrio em todas as áreas da vida”.

Fábica revela saber hoje quanto ganha e quanto gasta e já fazer planejamento para os próximos salários. Ela pretende pagar o IPTU do ano que vem a vista, com recursos que está juntando desde agora. Além disso, está se organizando para poupar e, num segundo estágio, fazer aplicações. Para tanto, está pesquisando todos os tipos de investimento. Sua meta principal é ter um complemento de renda na aposentadoria. “Depois desse curso, tenho compromisso comigo mesma, com a minha felicidade e o meu bem-estar. Agora eu sei o caminho”, afirma.



“Foi a melhor ação que o Tribunal realizou até hoje. Os benefícios foram maiores do que o esperado, pois o curso ensina que independência financeira requer equilíbrio emocional, por isso muitos tentam controlar suas finanças, e não conseguem. “Independência financeira não é ter muito dinheiro; é quando você nunca faz nada que não queira por dinheiro; é nunca deixar de fazer qualquer coisa que você queira por falta de dinheiro.”

FÁBICA CRISTINA DE BARROS



Segundo a coordenadora do Curso de Educação Financeira Frassinete Galvão, 30 pessoas participaram do evento em setembro. Na ocasião, trabalharam a relação emocional com o dinheiro, além de questões relacionadas com a gestão e o consumo conscientes. “O nível de adesão e o efeito multiplicador foram tão expressivos que já estamos com a segunda turma formada para novembro”, adianta.

Nos planos de Frassinete para 2012 constam também desdobramentos do curso e outras ações, como, talvez, acompanhamento para os servidores que já tiverem frequentado os grupos deste ano.

AS EMOÇÕES E A VIDA FINANCEIRA



“A história e os sentimentos da pessoa têm grande influência na definição de sua vida financeira”, relata a psicóloga Angélica Rodrigues, que atua na área de Finanças Comportamentais, em Brasília. “Para ter sucesso nessa área são necessários autoconhecimento, integração e equilíbrio entre razão e emoção”, complementa.

Segundo ela, para ter sucesso não basta trabalhar. Fatores que vêm da infância, como o estímulo recebido para vencer e os valores e posturas dos pais perante o dinheiro têm papel fundamental na maneira de administrar os recursos materiais na vida adulta. “Muitos de nós ouvimos que o dinheiro é sujo, é ruim, corrompe. Se não trabalharmos esses conceitos fica difícil mudar o comportamento”, diz Angélica.

Além disso, ela explica que as carências da vida moderna, que são insufladas pela falta de tempo e a correria generalizada, induzem muitos indivíduos a se compensar por meio do consumismo. “Tem pessoas que vão gastando sem planejamento nenhum e, quando dão por si, estão muito endividadas”, alerta.

O impulso consumista também precisa ser visto com cuidado. A psicóloga conta que um dos fatores que o provocam é o estado emocional e a autoestima, pois “nosso amor próprio influencia diretamente a relação com o dinheiro. É fundamental percebermos o que está faltando em nossas vidas e não nos deixarmos seduzir pelo prazer volátil do consumo”, diz Angélica.

SETE DICAS PARA ECONOMIZAR DINHEIRO

1) FAÇA REFEIÇÕES EM CASA

Evite comer fora diariamente, pois preparar as refeições em casa sai muito mais em conta. Faça um planejamento e saia para jantar apenas algumas vezes por mês, de acordo com a necessidade.

2) COMPRE USADO

Alguns produtos para o lar podem ser comprados em lojas especializadas em produtos seminovos por um preço muito inferior ao novo, embora com qualidade equiparável.

3) COMPRA A GRANEL

Em mercados atacadistas você pode comprar produtos de higiene, limpeza ou mesmo alimentícios, em fardos que trazem grandes quantidades por um preço muito abaixo do usual.

4) FAÇA UMA LISTA DE SUAS DESPESAS

Colocando tudo na ponta do lápis, você poderá facilmente identificar quais despesas estão minando com mais vigor o seu orçamento doméstico e reordenar suas prioridades.

10 DICAS PARA SAIR DO VERMELHO

Por Gustavo Cerbasi

- 1) Jamais use o cheque especial ou o pagamento parcial do cartão de crédito. Peça empréstimos no banco, que saem mais baratos;
- 2) Passe a controlar os saldos de seu cartão de crédito com mais frequência, pelo menos a cada 10 dias, para que deixe de gastar além do esperado;
- 3) Tenha uma ideia do tamanho de seu problema: a primeira coisa a fazer é anotar todos os gastos do mês, inclusive os gastos pequenos, para descobrir de onde cortar;
- 4) Elabore um plano radical de enxugamento de gastos na maior intensidade possível, para que a dívida seja amortizada de uma vez. Não adianta ir pagando aos pouquinhos, pois os juros voltam a aumentar rapidamente a conta;
- 5) Quanto mais intenso for o corte de gastos e menor o tempo necessário para isso, menores serão os desgastes no relacionamento familiar;
- 6) Acabe de vez com a tentação das compras a prazo;
- 7) Use todos os tipos de poupança que você tem. Não adianta estar com investimentos e perder mais com os juros da dívida. O mesmo vale para bens como terrenos e imóveis à espera de valorização;
- 8) Fuja de atividades de lazer que custam muito. Aprenda a valorizar as coisas preciosas da vida que não custam nada, como um passeio ao ar livre ou uma reunião com amigos ou com a família;
- 9) Enquanto não conseguir quitar toda a dívida, substitua-a por outras mais baratas, como antecipação de restituição de imposto de renda ou venda do automóvel e compra de outro parcelado. Use todo o dinheiro da venda para reduzir a dívida.
- 10) Compartilhe seu plano de ajuste com a família. É importante que todos estejam engajados, para que haja maior co-motivação.

5) COMPRE À VISTA

Faça um planejamento daquilo que você pretende adquirir e guarde ou invista o dinheiro até que possa comprar à vista. O preço será naturalmente menor, e você ainda terá condições de barganhar uma redução. Compras parceladas, apenas em último caso!

6) NÃO COMPRE POR IMPULSO

Jamais adquira um produto apenas porque ele está em oferta. Siga seu planejamento e adquira aqueles produtos de que você realmente necessite.

7) PAGUE A VOCÊ PRIMEIRO

Ao planejar o seu orçamento considere disponível no máximo 90% daquilo que você ganha. O restante deve ser aplicado em poupança ou outro tipo de investimento. Sem isso, de nada adiantarão as dicas anteriores.



DEVER DE CASA

As crianças também são alvo de atenção no TRF/ 1.ª Região, que já promoveu uma oficina de educação financeira para elas, nas férias de julho (foto). A oficina foi conduzida por Álvaro Modernell, autor de vários livros infantis sobre o tema. Segundo ele, o público infantil responde muito bem e passa a influenciar os pais, cobrando deles até comportamentos como a comparação de preços nas compras de supermercado.

Uma das participantes foi a filha da servidora Andréa Athayde (Asrep). Maria Eduarda, de oito anos, conta que aprendeu a cuidar melhor do dinheiro. “A gente tem que fazer poupança para ter dinheiro quando precisar”. Ela diz que passou a guardar moedas e até algumas notas no cofrinho que confeccionou na oficina e que, no futuro, pretende comprar uma casa com esse dinheiro.

Não somente Maria Eduarda, mas muitas outras crianças já podem contar com esse auxílio, pois a preocupação com o aprendizado financeiro infantil já está presente em algumas escolas do DF.

A professora Ana Lúcia de Carvalho, coordenadora do ensino fundamental de uma escola particular de Brasília, conta que “há três anos os alunos de 7 a 10 anos têm participado de um programa que se

inicia no primeiro bimestre letivo, com a leitura de um livro especializado e dirigido à criança”. De posse das informações, a turma elabora um orçamento que tem algum objetivo definido, como a realização de um passeio, uma festa ou a compra de um brinquedo para cada, no Dia da Criança. Todos passam a poupar uma quantia definida e, no final do segundo semestre, concretizam a meta inicial. “Os alunos acompanham os gastos e entendem que poupar é um ato de liberdade, pois possibilita realizar desejos”, complementa Ana Lúcia. A professora conta também que, segundo os pais, as crianças realmente aprendem a poupar e chegam a repetir a experiência, em casa, com outros objetivos em vista.

Nas escolas públicas, a partir de 2012, orçamento doméstico, poupança, seguro e aposentadoria serão temas presentes no *currículo*, por força de decreto do governo federal. A ideia é erradicar o analfabetismo financeiro no País. O projeto piloto vem sendo desenvolvido desde 2010, abrangendo 410 escolas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Distrito Federal, e é composto de conteúdos diferenciados e dirigidos a cada faixa etária. ■



CONCORDÂNCIA

Dois adjetivos com um substantivo

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Interessante como a lógica que envolve a estrutura de nosso idioma nos permite rejeitar de imediato, dentro – é claro – de certo formalismo, determinadas construções textuais. É o caso da seguinte formulação: “O rapaz estudou lá do primeiro ao nono períodos”. À primeira vista pode parecer estar-se diante de um período escorreito. Muitos afirmariam até que o elaborou um detentor de vários títulos acadêmicos na área de humanas. Uma análise um pouco mais apurada, porém, já seria capaz de apontar o problema de construção. Bastaria só lembrar que numa frase pode haver não apenas uma coordenação de ideias, mas também uma subordinação (dependência), em que tais noções não estão localizadas no mesmo nível de importância, sendo diferentes suas funções no contexto.

Na frase analisada “O rapaz estudou lá do primeiro ao nono períodos”, têm-se várias relações de dependência, e uma delas é a que se faz entre os elementos “primeiro” e “nono”, sendo este último o elemento subordinado. Quando a relação de dependência é reforçada pelo uso de preposição, que existe somente nesse tipo de vínculo, há obviamente um distanciamento maior entre um elemento e outro, impossibilitando que se faça concordância de um terceiro elemento com os dois simultaneamente. É a lógica! No exemplo sugerido, esse terceiro elemento, que é o substantivo “período”, tenta relacionar-se com os dois outros elementos ao mesmo tempo quando se apresenta no plural.

Vejamus outra estrutura: “O rapaz estudou lá no primeiro e nono períodos”. Aqui já é possível perceber uma relação de coordenação entre um e outro elemento – “primeiro” e “nono” –, pois eles têm a mesma função na frase, estando

vinculados por uma conjunção, que, primariamente, entre expressões nominais, só liga, conjunge, sem ter a função de subordinar, mas somente de coordenar. O leitor agora crerá que se trata de concordância plausível, por não ver ali a tal preposição, estando, por isso, finalmente livre para fazer a tão já experimentada concordância.

Realmente existe ali uma coordenação dos dois elementos essenciais da análise, mas, se observarmos ainda com mais cautela a construção, veremos que se trata de elementos presos ao verbo “estudar”. Sendo coordenados (independentes) aqueles elementos entre si, eles têm a mesma função, a de marcar o tempo da ação, estando a esta, por isso, subordinados. Dessa forma, a palavra “período” não pode, também, estar-se referindo aos dois elementos ao mesmo tempo, pois a construção corresponde à seguinte: “O rapaz estudou lá no primeiro período e estudou lá no nono período” ou, de forma mais reduzida, a “O rapaz estudou lá no primeiro e no nono período”. Perceba-se que no exemplo original houve apenas, portanto, a ocultação da forma “no” (aglutinação de “em” com “o”) antes de “nono”.

Passemos agora a uma última construção: “O rapaz estudou lá nos períodos primeiro e nono”. Aqui se têm os termos “primeiro” e “nono” coordenados, sem nenhum vínculo direto de subordinação com qualquer outro termo que não a própria palavra em análise “períodos”, empregada no plural justamente pelo fato de serem dois os elementos que a ela se ligam. A concordância, nesse caso, está perfeita, pois dois adjetivos prendem-se realmente a um mesmo substantivo – a mesma estrutura da construção exemplificativa de correção oferecida por algumas gramáticas “As literaturas brasileira e portuguesa”. ■

Resolução da Anvisa transforma-se em batalha

TRF DA 1.ª REGIÃO ENTENDEU QUE AUTARQUIA NÃO
PODE LEGISLAR EM MATÉRIA DE LEI FEDERAL

▀ JAIR CARDOSO

Promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Essa é a finalidade institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

E foi justamente para cumprir essa missão que a autarquia editou a Resolução n.º 24/2010, que disciplina a veiculação de publicidade de alimentos que contenham quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional.

De acordo com a resolução, propagandas com o uso de figuras, desenhos e personagens admirados pelas crianças nos comerciais, além da distribuição de brindes, ficam proibidas. Propagandas de produtos com muito açúcar devem vir acompanhadas do alerta de que, quando consumidos em excesso, podem provocar risco de obesidade e cárie dentária. Os produtos que contêm muita gordura saturada também devem vir acompanhados de mensagens que alertem que seu consumo aumenta o risco de diabetes e doenças do coração.

Ao editar a nova norma, a Anvisa preocupou-se em preservar principalmente as crianças do grande apelo para o consumo de alimentos industrializados, com baixo teor nutritivo e com alta dosagem de substâncias que, quando consumidas em excesso, são prejudiciais à saúde. E tal iniciativa se justifica. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que nos próximos dez anos, a obesidade será a principal causa de morte evitável em todo o mundo, superando o número de óbitos causados pelo cigarro.

No Brasil, a pessimista estimativa da OMS foi confirmada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a pesquisa, 49% da população brasileira com 20 anos ou mais está com excesso de peso. Com as crianças a coisa não é muito diferente. Entre 5 a 9 anos, uma em cada três tem excesso de peso (33,5%) e 14,3% são obesas.

Além disso, o resultado da pesquisa indica que o aumento do consumo de alimentos de alto valor calórico, como biscoitos, batata frita, sanduíches e refrigerantes contribui para a obesidade e outros problemas, como pressão alta e doenças cardíacas, renais e hepáticas, conhecidas como Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

Geralmente as DCNT são doenças de longa duração e, como tais, estão entre as que mais demandam ações,



IMAGENS STOCK XCHING

procedimentos e serviços de saúde. Dados do Ministério da Saúde estimam que os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) com as DCNT totalizam cerca de 70% dos gastos com atenção à saúde.

De acordo com relatório da Secretaria de Atenção à Saúde, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, “o público infantil é o mais vulnerável aos apelos promocionais, e a propaganda, a publicidade e a promoção de alimentos influenciam as escolhas alimentares infantis”. Ainda segundo o documento, que apoia o controle da publicidade de alimentos com baixo valor nutricional, a OMS fez, em 2004, revisão das regulamentações mundiais sobre publicidade e propaganda de alimentos, especialmente para crianças.

No documento da OMS, dos 73 países analisados, 62 possuíam regulamentações sobre publicidade que fazem referência às crianças. Noruega e Suíça, por exemplo, proíbem a veiculação de qualquer comercial de televisão para crianças abaixo de 12 anos de idade. Já Áustria e Bélgica proíbem comerciais antes e depois de programas infantis.

A nutricionista brasileira Heloyana Silveira, especialista em nutrição esportiva, é a favor da resolução da Anvisa que regulamenta a publicidade de alimentos com alto teor de gordura saturada ou trans, com grande quantidade de sal ou de açúcar e bebidas com baixo teor nutritivo.

Segundo ela, estes são os alimentos mais nocivos à saúde, e “sua publicidade deveria, sim, ser regulamentada”.

MCC conhece de perto os resultados da falta de informação nos rótulos de produtos. Ela é vítima dos alimentos gordurosos e de baixo valor nutritivo. Aos 78 anos, obesa, ela sofre com diabetes, pressão alta e problemas cardíacos. “No meu tempo não existiam tantas opções como hoje, mas tinham os lanches, biscoitos e salgadinhos deliciosos. Que criança não gosta dessas coisas? Eu não era diferente”, conta MCC.

Ela diz que hoje se arrepende do descontrole da juventude. “Nunca fui magrinha. Sempre fui grande; mas garanto que nunca fora dos padrões. Com o passar dos anos a gordura chegou, se instalou e se acomodou. Arrependo-me de não ter me cuidado como deveria enquanto jovem. Hoje, só eu sei as dores que sinto pelo corpo”.

Situação semelhante é a de MGS. Só que vivenciada pelo filho, MS, de 14 anos. “Alegre e agitado, MS sempre foi bom de garfo”, destaca. Hoje, a situação do menino é preocupante. Ele não chega a ser considerado obeso pelos médicos, mas está bem acima do peso. “Biscoito recheado, refrigerantes, salgadinhos, *pizza* e *fast-food* são os pratos preferidos dele”.

O excesso de peso de MS passou a preocupar os pais, que procuraram um especialista. Após vários exames, os resultados comprovaram os riscos que uma alimentação

desregulada traz à saúde. Com apenas 13 anos, o menino estava com o colesterol alto e com a taxa de glicose no sangue bem acima do normal. "O médico chegou a suspeitar de diabetes", conta MGS, que atualmente controla a alimentação do filho.

Os exemplos acima ilustram bem os motivos que levaram a Anvisa a editar a Resolução n.º 24/2010. A nutricionista Heloyana Silveira foi mais além e listou os dez alimentos mais nocivos à saúde: refeições prontas congeladas, embutidos, temperos industrializados, biscoito recheado, salgadinhos, refrigerante, frituras, churrasco, margarina e açúcar. "Todos esses alimentos ou são ricos em gorduras ou têm baixo valor nutritivo. O ideal é evitá-los, pois, sem dúvida, seu consumo em excesso pode trazer sérios danos à saúde", afirma.

A Secretaria de Atenção à Saúde também é favorável à regulação. "É fundamental que a publicidade sobre alimentos de qualquer natureza traga a informação adequada e correta sobre o valor nutricional do alimento, evitando qualquer tipo de erro ou equívoco sobre seus atributos e de mecanismos de indução sobre vantagens associadas ao consumo de alimentos não saudáveis", afirma a entidade em relatório. A Secretaria também defende que a propaganda de alimentos traga "a caracterização e definição do que são alimentos ricos em açúcar, gordura e sal".

Na avaliação da Secretaria, o diálogo com o setor das empresas de alimentação e as indústrias dos meios de comunicação e *marketing* deve ser aprofundado com vistas a mudar progressivamente a demanda e eliminar a promoção de produtos alimentícios e de bebidas que contribuem para dietas que levam à má saúde na infância e na adolescência.

NA JUSTIÇA

A Associação Nacional das Indústrias de Biscoito (ANIB) tem entendimento diverso, o que a levou a recorrer ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região contra os efeitos da Resolução n.º 24/2010, da Anvisa. A entidade argumenta que não há riscos à saúde no consumo normal de alimentos, entre eles biscoitos produzidos por suas associadas, e que a reeducação alimentar, meta pretendida pela autarquia, não será alcançada com a resolução.

A ANIB ainda sustenta que a resolução é inconstitucional, já que foi publicada sem a prévia edição de lei federal sobre a matéria, conforme prevê o art. 220, §3.º, II, e §4.º, da Constituição Federal.

De acordo com a Carta Magna, "compete à lei federal estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente".

A questão foi parar no Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Ao confirmar a liminar proferida em 1.ª instância pela Seção Judiciária do Distrito Federal e dar provimento ao agravo de instrumento interposto pela ANIB, o desembargador Federal Daniel Paes Pinheiro entendeu que a Anvisa, apesar da importância da norma editada, não tem amparo legal para a edição da Resolução n.º 24/2010. Em sua decisão, ele destacou que "a Constituição Federal, ao assegurar aos cidadãos meios de se defender de propaganda sobre produtos que possam ser nocivos à saúde, relacionou a





No projeto de decreto legislativo que susta a resolução da Anvisa, a Câmara dos Deputados reconhece que “o tema da obesidade e da propaganda de alimentos é sério e importante. Merece discussão profunda pela sociedade brasileira”. O assunto já está sendo debatido no Congresso Nacional, porém, ainda sem previsão de regulamentação.

O Congresso também analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 73/2007, de autoria do senador Augusto Botelho, que dá nova redação ao § 4.º do art. 220 da Constituição para incluir os alimentos e as bebidas no rol de produtos, práticas e serviços cuja propaganda comercial estará sujeita a restrições legais.

matéria à reserva de lei federal, a qual, até o momento, não foi editada pelo Congresso Nacional”.

O magistrado também salientou que o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2832/2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê a revogação da referida resolução da Anvisa. De acordo com a exposição de motivos do Projeto, ao editar tal norma, a autarquia “não apenas exorbita do poder regulamentar, como invade área de competência do Congresso Nacional. ■

Na justificativa da PEC, o senador alega que “a atual epidemia de obesidade e de doenças crônicas associadas à má alimentação acarretou, no mundo todo, iniciativas destinadas a eliminar da dieta certos alimentos e bebidas e restringir sua publicidade, especialmente aquela dirigida a crianças e adolescentes, que constituem o segmento da população mais vulnerável às pressões da mídia”.

O senador também argumenta que, no Brasil, iniciativas e propostas de restrição legal da publicidade de alimentos muitas vezes colidem com argumentos fundamentados de que compete à lei federal regulamentar tal matéria.

Porém, salienta Augusto Botelho, “não obstante a vigência dessa garantia constitucional, o §4.º do mesmo artigo da Constituição excetua de seu alcance alguns produtos, práticas e serviços – tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias – cuja propaganda comercial estará sujeita a restrições legais e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios de seu uso”.

GRUPO DE TRABALHO DEBATE MELHORIAS NA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O grupo de trabalho designado para tratar da assistência judiciária gratuita na Justiça Federal reuniu-se na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), no dia 5 de setembro. O grupo é formado por representantes dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias, e coordenado pelo juiz federal em auxílio à presidência do TRF/ 1.ª Região, José Alexandre Franco.

Durante a abertura dos trabalhos, o presidente do CJF, ministro Ari Pargendler, destacou a necessidade de se discutir e apresentar um diagnóstico do sistema informatizado de assistência judiciária gratuita (AJG) na Justiça Federal. O Sistema AJG, lançado em novembro de 2007, permite o cadastro informatizado de profissionais interessados em atuar como advogados, peritos, tradutores e intérpretes, bem como as informações necessárias ao seu pagamento.

O grupo discutiu os problemas enfrentados em cada região e as demandas, pendências e sugestões de melhorias. Entre as dificuldades está a verificação de quantos profissionais foram pagos em cada região, levantamento que hoje é feito por intermédio dos tribunais regionais federais quando encaminham as propostas orçamentárias.

Segundo o coordenador do Grupo de Trabalho, juiz federal José Alexandre Franco, o diagnóstico das cinco regiões mostrou que o sistema precisa melhorar em vários aspectos, entre eles a lentidão, o treinamento de pessoas, a descentralização de demandas e a integração do sistema. Por isso a missão do grupo será levantar informações sobre o AJG para que ele se torne realidade em todas as seções judiciárias.

Fonte: CJF

CJF APROVA ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS TRFs

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, no dia 12 de setembro, em Brasília, anteprojeto de lei que altera a composição dos tribunais regionais federais (TRFs). Entre os 13 itens da pauta, a aprovação do anteprojeto ganhou destaque, com a ampliação do número de desembargadores nos cinco TRFs. O TRF da 1.ª Região passaria a contar com mais 32 desembargadores federais. O Tribunal da 2.ª Região receberia mais 20 membros, e o da terceira, 56. Já os TRFs da 4.ª e da 5.ª Região seriam contemplados, respectivamente, com 20 e 16 julgadores. A proposta também sugere o acréscimo do número de cargos efetivos, funções e cargos comissionados para os TRFs. O anteprojeto de lei segue agora para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DESEMBARGADORA ASSUSETE MAGALHÃES É INDICADA À LISTA TRÍPLICE DO STJ



LUIZ XAVIER

A desembargadora federal Assusete Magalhães foi escolhida, no dia 29 de setembro, para compor a lista tríplice a ser encaminhada à presidente da República para indicação do próximo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Aldir Passarinho. Além da representante da Justiça Federal da Primeira Região, também figuram na lista os desembargadores federais Néfi Cordeiro e Suzana Camargo, da 4.ª e da 3.ª Região, respectivamente. Os nomes foram aprovados pelo Plenário do STJ. Néfi Cordeiro foi selecionado com 25 votos, e Assusete Magalhães, com 20, ambos no primeiro escrutínio. Suzana Camargo obteve 15 votos, no segundo escrutínio. Agora, a lista será encaminhada à presidente Dilma Rousseff, que escolherá um dos três nomes. Em seguida, o escolhido passará por sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário do Senado Federal. Após a aprovação, o novo ministro terá a nomeação publicada no Diário Oficial da União.

MUTIRÃO JUDICIÁRIO EM DIA JULGA MAIS DE 20 MIL PROCESSOS EM SETE MESES

O Mutirão Judiciário em Dia do TRF da 1.ª Região superou a marca de 20 mil processos julgados, no dia 19 de setembro. Com isso, foram apreciados, desde fevereiro, 40% de todos os processos ingressos no Tribunal até 2006. Espera-se que, em dezembro deste ano, quando se encerrará o mutirão, o número seja superior a 30 mil ações julgadas. O coordenador do mutirão no TRF da 1.ª Região, juiz federal Saulo Casali Bahia, considerou excelentes os resultados já obtidos, dada a complexidade e antiguidade dos feitos. Desde o estabelecimento das metas nacionais pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em janeiro de 2009, o Tribunal já julgou 60.213 processos. Esse número inclui, além do acervo do mutirão, todas as ações da Meta 2 de 2009 julgadas no mesmo ano e os processos da Meta 2 de 2010 apreciados no ano passado. As metas do CNJ previam a liquidação de todos os feitos ingressos no TRF da 1.ª Região até 2005 e 2006, respectivamente.

COMISSÃO DISCUTE SEMANA DE ACESSIBILIDADE NO TRIBUNAL

A Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do TRF da 1.ª Região reuniu-se com um grupo de servidores, no dia 30 de setembro, para discutir a programação da primeira semana voltada à valorização da pessoa com deficiência no Tribunal. O evento está previsto para o fim de novembro, às vésperas do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência – 3 de dezembro. O objetivo é sensibilizar magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários quanto aos direitos e necessidades das pessoas com deficiência. “A gente quer impactar o Tribunal com relação à acessibilidade”, declarou o assessor especial da Presidência, Euvaldo Soares de Pinho. O servidor preside a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, criada em novembro de 2010 para identificar barreiras físicas, arquitetônicas e de comunicação que impedem o amplo acesso das pessoas com deficiência, no âmbito do TRF. O relatório com a indicação das adaptações está em análise na Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng/Secad). Também participaram da reunião a diretora da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Ruth Maria Vaz; a chefe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Ivani Moraes; a representante da Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), Michelle Regina da Mata; a servidora da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre) e integrante da comissão, Maria de Jesus Frazão, e a servidora da Seção Judiciária do DF, Larissa Jansen.

CORAL HABEAS CANTUS FAZ APRESENTAÇÕES EM MINAS GERAIS

No dia 16 de setembro, o coral Habeas Cantus apresentou-se no Festival Internacional de Corais, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O grupo também se apresentou na capital mineira e na cidade de Ouro Preto. Em Belo Horizonte, a apresentação ocorreu, entre outros lugares, na seccional de Minas Gerais e na Praça da Liberdade. Em Ouro Preto, o Museu da Independência foi o local escolhido para o grupo entoar diversas canções. O Coral Habeas Cantus foi criado há 20 anos por servidores do TRF da 1.ª Região.

Com o passar do tempo, servidores de outros tribunais passaram a integrar o grupo, além de coralistas da própria comunidade. Para conhecer melhor a história do coral, basta acessar o [sítio www.habeascantus.org.br](http://www.habeascantus.org.br).



ASCOM/STJ

e-lixo

EMPRESAS CRIAM IDEIAS PARA TENTAR REDUZIR O IMPACTO DOS RESÍDUOS ELETRÔNICOS NO MEIO AMBIENTE E DAR AO E-LIXO UM DESTINO ECOEFICIENTE.

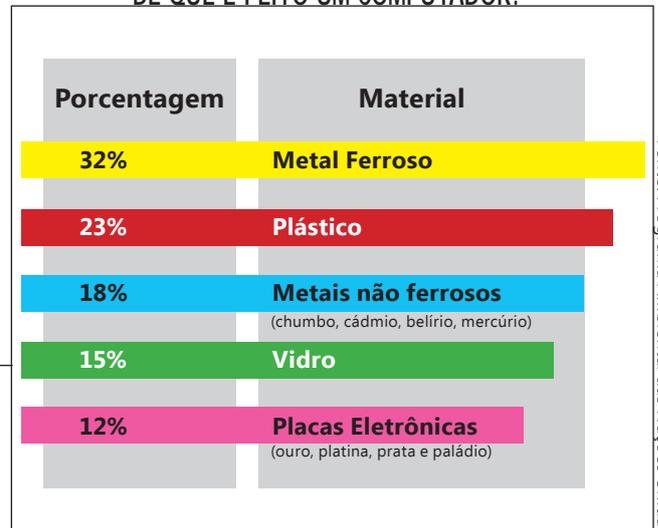


Com o avanço da tecnologia e a popularização de equipamentos eletrônicos, o consumidor quer estar cada vez mais atualizado, e rapidamente substitui seus equipamentos por algo mais novo e moderno. Só em 2010 foram vendidos cerca de 13 milhões de computadores no Brasil. O país ficou atrás apenas da China, dos Estados Unidos e do Japão. O estudo divulgado pela consultoria Internet Data Center (IDC) revela que houve um crescimento de 23,5% em relação a 2009. A previsão é que em 2011 sejam vendidos cerca de 15 milhões de novas máquinas.

Vem das novas tecnologias boa parte do lixo eletrônico que agride o meio ambiente. O e-lixo é todo e qualquer artigo eletrônico que não é mais utilizado, como computadores, celulares, câmeras digitais, MP3 player. São considerados lixos eletrônicos, também, geladeiras, microondas, televisores e todo tipo de eletroeletrônico utilizado em casa. Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), são produzidos por ano cerca de 50 milhões de toneladas de lixo eletrônico em todo o mundo, ou 130 mil por dia. Só no Brasil são descartados 11 milhões de toneladas do e-lixo, e esse peso todo é distribuído em 162 mil toneladas por dia. Não há estudos que comprovem onde exatamente o lixo eletrônico vai parar no Brasil, mas boa parte vai para a coleta municipal, aterros sanitários ou lixões, dependendo de cada cidade, ou pode ser estocado em casa, galpões e depósitos.

De uso doméstico ou não, esses produtos atuam como vilões do meio ambiente quando descartados de qualquer maneira e em qualquer lugar. Segundo especialistas, o desequilíbrio consequente da relação do homem com o meio ambiente pode ocasionar alguns fenômenos, como diminuição da biodiversidade, erosão, inversão térmica, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e mudanças climáticas, entre outros. Contemporaneamente, alguns desses fenômenos têm acontecido em grandes proporções. "Se não assumirmos essas responsabilidades agora, vamos transferi-las para as gerações futuras, que terão de remediar solos e lençóis freáticos contaminados, provavelmente a custos muito maiores do que aqueles necessários para evitar o problema", afirmou Denise Imbroisi, professora do Instituto de Química da Universidade de Brasília (UnB) e especialista no assunto.

DE QUE É FEITO UM COMPUTADOR?



Fonte: Programa Ambiental das Nações Unidas

OS VILÕES DOS ELETRÔNICOS

Mercúrio	Computador, monitor e TV de tela plana	Danos ao cérebro e fígado
Cádmio	Computador, monitores de tubo e baterias de laptops	Envenenamento, problemas nos ossos, rins e pulmões
Arsênio	Celulares	Pode causar câncer no pulmão, doenças de pele e prejudicar o sistema nervoso
Berílio	Computadores e celulares	Causa câncer no pulmão
Retardantes de chamas (BRT)	Usado para prevenir incêndios em diversos eletrônicos	Problemas hormonais, no sistema nervoso e reprodutivo
Chumbo	Computador, celular e televisão	Causa danos ao sistema nervoso e sanguíneo
Bário	Lâmpadas fluorescentes tubo	Edema cerebral, fraqueza muscular, danos ao coração, fígado e baço
PVC	Usado em fios para isolar corrente	Se inalado, pode causar problemas respiratórios

Fonte: Programa Ambiental das Nações Unidas

A responsabilidade quanto ao destino desses produtos após descartados pelo homem tem gerado grande discussão entre governos, empresas, estudiosos do tema e defensores do meio ambiente. “É urgente estabelecer-se um debate com a participação ativa de toda a sociedade e, de forma especial, de legisladores e pesquisadores, os quais precisam assumir a responsabilidade de dar o devido encaminhamento ao problema, norteado pelos princípios do desenvolvimento sustentável”, propôs a especialista em Meio Ambiente e Sociedade pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Angela Cassia Rodrigues, em seu artigo “Resíduos de equipamentos Elétricos e Eletrônicos”, publicado em 2007 e veiculado no sitio Ambiente Brasil.

Em 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em agosto a Lei n.º 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e atribuiu à União, Estados e municípios a responsabilidade de elaborar planos para tratar resíduos sólidos.

O texto confere às indústrias o descarte de produtos eletrônicos. De acordo com a norma, os planos devem ser atualizados a cada quatro anos, e a finalidade é estabelecer metas, programas e ações para os próximos 20 anos.

Apesar de ser considerada importante para o meio ambiente, a Lei, que só entra plenamente em vigor em 2014, é considerada incompleta na opinião de alguns parlamentares. É o caso do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que em discurso, no dia 30 de agosto, no plenário do Senado Federal, externou sua preocupação: “(...) por que não seguir o exemplo de outros países, tornando os resíduos sólidos fonte alternativa de energia limpa e barata? Temos, portanto, instrumentos institucionais e legais para acelerar esses procedimentos (...)” .

Para o Instituto Brasília Ambiental (Ibram), órgão

CURIOSIDADES ECOLOGICA



CELULAR QUE
VIRA FLOR

Pesquisadores da Universidade de Warwick, na Inglaterra, criaram o primeiro celular ecológico (100% de comprovação) e biodegradável, que ainda pode ser plantado e gerar uma flor. O celular é fabricado a partir de polímeros biodegradáveis que se transformam em pó quando são enterrados.

Fonte: <http://pensandoverde.blogtv.uol.com.br>



ECOBOOK

O EcoBook da Asus é apresentado como o primeiro notebook produzido a partir do bambu. A grande vantagem é que o bambu é encontrado em abundância, cresce muito rápido e, ao contrário do plástico, é biodegradável. Seu interior é composto, em 50%, de material plástico reciclado, e sua configuração de hardware é realmente impressionante para um aparelho tão pequeno. O produto terá várias cores e tipos de acabamento, que vão desde variações nas cores do revestimento até gravação de detalhes na tampa.

Fonte: Asustek Computer

MENTE CORRETAS



O Recompute é uma verdadeira obra de arte. Ele foi criado com o intuito de se economizar plástico, alumínio, aço, entre outros, que são utilizados na fabricação dos gabinetes tradicionais dos computadores. Essa grande ideia veio de Brenden Macaluso, nos EUA. O gabinete é feito de papelão reciclado, unido com cola branca atóxica. Assim a sua criação não prejudica o meio ambiente e é ecologicamente correto. Ele não tem problema de aquecimento, porque a sua refrigeração é facilitada pelos veios sanfonados do papelão.

Fonte: www.fayewayer.com.br



O Google também entrou na onda verde e lançou em sua loja de produtos o Recycled Mini Wireless. Esse mouse (com conector USB e WiFi) é feito todo de plástico reciclado. Eles funcionam com pilhas AAA.

Fonte: www.dicasverdes.com

que executa e faz executar as políticas ambientais na cidade, a Política de Resíduos Sólidos é um avanço, porém é necessário o trabalho conjunto entre as indústrias, a população e o governo. Segundo a Assessoria de Comunicação do órgão, o Ibram defende também o sistema chamado de logística reversa, em que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, recolhem, depois de usados, itens como pilhas, baterias e pneus, além dos produtos eletroeletrônicos e seus componentes, a fim de retornar para as empresas, que darão a destinação ambiental adequada.

Medidas como essas já estão sendo tomadas por empresas em diversos ramos. Elas vêm criando estratégias e metas para assegurar a lucratividade e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto ambiental, desde o processo de produção à logística. São as chamadas "Empresas Ecoeficientes" ou "Empresas sustentáveis".

É o caso da Apple, que, desde a primeira versão do iMac de alumínio, lançada em 2007, vem aprimorando tecnologia para evitar danos ao meio ambiente. Uma das atitudes foi livrar-se de componentes tóxicos na fabricação de seus equipamentos, produzir baterias para os macbooks que menos consumissem energia, e empregar alumínio e vidro recicláveis; nada de arsênico, PVC e mercúrio. Além de proceder a todas essas mudanças, a Apple ainda emite um relatório de impacto ambiental de seus produtos em seu site: <http://www.apple.com/br/environment/reports>.

Outro exemplo é a Sony Ericsson. A empresa lançou o projeto "GreenHeart™" em 2008. A iniciativa pretende reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂), em 20%, nas operações internas. Os métodos utilizados pela companhia para conseguir atingir a meta vão desde a criação de manuais eletrônicos para seus produtos, no intuito de reduzir a utilização de papel, até a redução das embalagens e criação de carregadores de baixa potência.

Fontes:
www.tecmundo.com.br; ambientes.ambientebrasil.com.br;
www.unep.org/billiontreecampaign/portuguese;
www.dicasverdes.com.br; www.ackdata.com.br

No Brasil, cerca de 200 empresas, entre elas TIM, Gerdau, 3M, Votorantim e Johnson & Johnson, já aderiram ao programa Papa Pilhas. O funcionamento é simples. São instalados *displays* coletores, geralmente em pontos de venda daquelas empresas, para depósito de qualquer pilha, bateria portátil, carregadores e aparelhos celulares com medidas de até 5x8 cm. Os coletores são retirados mensalmente por uma empresa de logística – a ADS –, que transporta o material para a Suzaquim, única empresa licenciada no Brasil para realizar esse tipo de reciclagem.

O atual Santander foi o pioneiro no uso dos papa-pilhas ao lançar, em 2006, o Programa Real de Reciclagem de Pilhas e Baterias. A iniciativa faz parte de sua política de ecoeficiência, que tem, como base, os três erres, “Rs”: Reduzir o consumo; Reutilizar, quando não é possível reduzir; e Reciclar, quando não é possível reduzir nem reutilizar. De acordo com a Assessoria de Imprensa do Banco, quantidade superior a 500 toneladas de material foi recolhida e reciclada pelo programa que atualmente soma mais de 2,8 mil postos de coleta instalados em todo o território nacional. ■

DICAS PARA REDUZIR O E-LIXO

Fonte: www.ackdata.com.br

1.º PESQUISE



É importante descobrir se o fabricante tem preocupações com o ambiente e se recolherá as peças usadas para reciclagem depois que o aparelho perder a utilidade. Uma lista do Greenpeace (<http://migre.me/1H0Z>) classifica as companhias de acordo com iniciativas ligadas ao ambiente.

2.º PROLONGUE

Você não precisa trocar de celular todos os anos ou comprar um computador com essa mesma frequência. Quanto mais eletrônicos adquirir, maior será a quantidade de lixo eletrônico. Por isso, cuide bem de seus produtos e aprenda a evitar os constantes apelos de troca.

3.º DOE

Caso seja realmente necessário comprar um novo eletrônico quando o seu ainda estiver funcionando, doe para alguém que vá usá-lo. Dessa forma, ainda é possível prolongar a vida útil do aparelho, e a pessoa que o receber não precisará comprar um novo.

4.º RECICLE

Os grandes fabricantes de eletrônicos oferecem programas de reciclagem. Antes de jogar aquele monitor estragado no lixo, entre em contato com a empresa (via internet ou central de atendimento telefônico) e pergunte onde as peças são coletadas. Muitas assistências também coletam esse material.

5.º SUBSTITUA

Procure sempre fazer mais com menos. Produtos que agregam várias funções, como uma multifuncional, consomem menos energia do que cada aparelho usado separadamente. Também vale minimizar o uso de recursos ligados ao ambiente; para que imprimir se dá para ler na tela?

6.º OPTE PELO ORIGINAL

As empresas que falsificam produtos não seguem políticas de preservação do ambiente ou se responsabilizam pelas peças comercializadas depois que sua vida útil chega ao fim. Por isso, é sempre importante comprar eletrônicos originais.



7.º INFORME-SE

O usuário de tecnologia deve ser adepto do consumo responsável, sabendo as consequências que seus bens causam ao ambiente. Por isso, é importante estar atento ao assunto – somente assim será possível eliminar hábitos ruins e tomar atitudes que minimizem o impacto do lixo eletrônico.

8.º MOBILIZE

É importante passar informações sobre lixo eletrônico para frente, pois muitos usuários de tecnologia não se dão conta do tamanho do problema. Divulgue, mas evite aqueles discursos inflados.



9.º PAGUE

Os produtos dos fabricantes que oferecem programas de preservação ambiental podem ser mais caros – isso porque parte dos gastos com essas iniciativas pode ser repassada para o consumidor. A diferença de preço não chega a níveis absurdos e, por isso, vale a pena optar pela alternativa “verde”.

10.º ECONOMIZE ENERGIA

Na hora de comprar um eletrônico, opte pelo produto que consome menos energia. Além disso, o consumidor consciente deve usar fontes de energia limpa (como a solar) sempre que possível.



Reunião com juízes, diretores de secretaria e oficiais de gabinete

Seção Judiciária do Amazonas recebe equipe da Corregedoria Regional

CORREIÇÃO CHEGA À SUBSEÇÃO DE TABATINGA

ANDRÉA ROCHA – SECOS/AM

O corregedor-regional da Justiça Federal da 1.^a Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, e sua equipe de juízes auxiliares e servidores designados, estiveram na seccional do Amazonas, de 12 a 16 de setembro, para a realização da Correição Geral Ordinária.

A reunião de abertura dos trabalhos correcionais aconteceu no dia 13, no anfiteatro Cacique Ajuricaba. Durante a reunião, o corregedor elogiou as novas instalações das varas federais, e registrou que “o novo prédio da Seção Judiciária é uma grande conquista para os magistrados e servidores, pois agora há uma boa estrutura para realizarem os seus trabalhos”. Além disso, ele expôs os objetivos da correição, entre os quais estão a verificação da correta prestação dos serviços

judiciários, a utilização adequada das rotinas e procedimentos, para tornar mais célere a conclusão do processo, como também a identificação de problemas e dificuldades operacionais, para buscar melhor meio de garantir a prestação de um serviço de qualidade para o jurisdicionado. Cândido Ribeiro ressaltou que “os magistrados e servidores da Seção do Amazonas estão em excelente nível, pois os serviços prestados são de boa qualidade”.

No dia 16, o corregedor reuniu-se com os juízes federais, diretores de secretaria e oficiais de justiça para o encerramento da Correição. As atividades correcionais seguiram-se na Subseção Judiciária de Tabatinga nos dias 19, 20 e 21 de setembro. ■

Nova sede do TRF 1.^a Região: este projeto também é seu!

TRIBUNAL REALIZA VISITAS GUIADAS À OBRA

PAULA ODA/ IM

“Me surpreendi com o que já está construído. Com a visita tive a ideia do tamanho real da obra, antes achava que era menor. Gostei muito da oportunidade, é uma transparência que está faltando no setor público”, disse o servidor Oscar Campos, lotado na Divisão de Auditoria (Diaud).

Essa foi a impressão de Campos durante a primeira visita guiada à obra de construção da nova sede do TRF/ 1.^a Região organizada para magistrados, dirigentes, servidores e colaboradores da Casa, que aconteceu nos dias 20 e 22 de setembro.

A iniciativa da Administração tem como objetivo dar transparência às etapas de construção da futura sede envolvendo os visitantes in loco. As visitas foram organizadas numa parceria da Diretoria-Geral (Diges) com a Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), a Assessoria de Comunicação Social (Ascom), a Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng) e a Divisão de Segurança e Serviços Gerais (Diseg).

Assim como Oscar Campos, 22 outras pessoas participaram do primeiro grupo de visitantes, no dia 20 de setembro. O segundo grupo, com 15 servidores, visitou a obra no dia 22 do mesmo mês. Na ocasião os grupos foram recebidos pelo diretor da Divisão de Engenharia e Manutenção (Dieng), Murilo Brito, e pelo arquiteto Luciano de Paula. “É a oportunidade dos servidores conhecerem o local em que vão trabalhar. Hoje o Tribunal está dividido em nove edifícios diferentes, e é um sonho um único lugar. O momento é ímpar,” ressaltou Murilo.



FOTOS: MARCIA FOLZER



Canteiro de obras da nova sede surpreende magistrados e servidores na visita guiada

Durante a visita, os participantes receberam material explicativo sobre a obra e assistiram a uma apresentação virtual do projeto e andamento da construção. Logo após, todos se dirigiram ao mirante, onde receberam equipamentos de proteção, como capacetes e botas especiais.

O grupo desceu ao canteiro onde estão sendo concluídas as áreas dos subsolos e onde serão construídas as duas torres dos blocos dos desembargadores e da área administrativa.

A servidora Luzia Maria César da Silva, também lotada na Diaud, acredita ser importante que todos os servidores participem das visitas. “É uma obra muito importante para

nós servidores, uma obra grande e cara. Acompanhei o projeto desde o início, antes da auditoria do TCU; então me sinto um pouco parte do projeto.”

A visita, além de oferecer a real dimensão dos trabalhos e a velocidade com que estão sendo executados, também significou para alguns um futuro com maior qualidade na prestação de serviço. É o caso da servidora Marilene Souza Silva, da Diaud. “Ter uma sede para todo o Tribunal vai ser muito bom, vai ser um avanço”, afirmou Marilene.

As visitas guiadas vão continuar mensalmente. Mais informações com a Assessoria de Representação e Programação Social (asrep@trf1.jus.br). ■

Magistrados visitam Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos

VISITA APROXIMA TRF/ 1.ª REGIÃO E AERONÁUTICA



FOTOS: MARCIA FOUZIER

Brigadeiro do ar Carlos Alberto da Conceição explica o funcionamento do Cenipa às autoridades visitantes

ETIENE GOMES

O presidente do Tribunal, Olindo Menezes, e a desembargadora federal Neuza Maria Alves participaram, no dia 21 de setembro, de visita institucional ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), localizado no Lago Sul, em Brasília. O evento, organizado pelo Comando da Aeronáutica, teve como objetivo apresentar o trabalho realizado no local para magistrados federais, advogados da União e procuradores que atuam na Justiça Federal da Primeira Região.



Destroços de aeronave



Ao apresentar um resumo sobre as atividades do Cenipa, o brigadeiro do ar Carlos Alberto da Conceição, chefe do local, explicou que o Centro, criado em 1971, tem por missão a prevenção de acidentes aeronáuticos, em concordância com normas internacionais, e ressaltou que o único objetivo da investigação de acidente é o da própria prevenção de acidentes. “O propósito da atividade do Cenipa não é determinar culpa ou responsabilidade”, sintetizou. Em seguida, ressaltou a importância da Convenção de Chicago – um tratado estabelecido pela Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) do qual o Brasil é signatário – lembrando que pelo documento a divulgação de informações que possam acusar ou punir erros humanos agem contra interesses da prevenção de acidentes.

O brigadeiro Carlos falou ainda sobre a experiência bem-sucedida do TRF da 5.ª Região em ministrar o Curso de Direito Aeronáutico e Administrativo Militar, com 20 horas de duração, para seus magistrados, e sugeriu ao presidente Olindo Menezes que o TRF da 1.ª Região também ministrasse o curso a seus magistrados.

Após a apresentação, os presentes puderam conhecer

as instalações do Cenipa, viram de perto como se decifra o conteúdo de uma caixa-preta e, ainda, visitaram o laboratório do local, com vários destroços de aviões.

Para a desembargadora Neuza Maria, a visita foi uma oportunidade ímpar de aproximar o TRF e a Aeronáutica. “Sem dúvida, um momento para acabar com a caixa-preta da desinformação. Nós, magistrados que não possuímos formação nesta área, temos de buscar aperfeiçoamento. Somente assim, poderemos aumentar o grau de acerto nas decisões”.

O presidente Olindo Menezes também ficou bastante satisfeito com a visita. “Foi uma oportunidade para conagraçamento e foi uma ocasião bastante instrutiva também. Quanto ao curso de Direito Aeronáutico e Administrativo Militar, após receber a proposta vou encaminhá-la à Esmaf”, finalizou.

Presenças – Também estiveram presentes ao evento o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, a diretora do foro da seccional do DF, Daniele Maranhão Costa, o juiz federal Francisco Neves, o secretário-geral da Presidência, Joseny Marques, e o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho. ■

Projeto “A Unicorp em Videoconferência” é premiado em congresso de Educação Corporativa do Judiciário

INICIATIVA PROMOVE INTEGRAÇÃO E REDUZ DISTÂNCIAS NA PRIMEIRA REGIÃO

▼ BRUNO BANDEIRA/ MC

O projeto “A Unicorp em Videoconferência”, desenvolvido pela Secretaria de Recursos Humanos do TRF/ 1.ª Região/ Secre, por meio da Divisão de Avaliação e Desenvolvimento de Recursos Humanos/Direh, em parceria com as seções judiciárias da Primeira Região, classificou-se em segundo lugar na categoria Educação a Distância do Prêmio Nacional de Educação Corporativa do Judiciário.

O objetivo do projeto é oferecer, duas vezes por mês, ações de capacitação para os servidores do TRF e de toda a Justiça Federal da Primeira Região por meio da videoconferência e com o foco na otimização dos processos de trabalho, racionalização dos custos e aperfeiçoamento das ações educativas de interesse comum.

O evento de premiação aconteceu em Goiânia, durante o Congresso Brasileiro de Educação Corporativa do Judiciário realizado no período de 14 a 16 de setembro, que reuniu magistrados, secretários e servidores do Poder Judiciário. O projeto do TRF/ 1.ª Região concorreu com mais dez trabalhos na mesma categoria. Para a diretora da Secre, Ruth Maria Cruz Vaz, o prêmio representa a importância de iniciativas de capacitação dos servidores e do uso de tecnologias para alcançar esse fim. “O prêmio recebido ratifica nossa crença na importância das ações de educação continuada, principalmente na utilização de ferramentas tecnológicas, como a videoconferência, para integrar cada vez mais a Primeira Região. Esse reconhecimento serviu para estimular toda a equipe Secre/Direh e fortalecer a imagem do TRF/ 1.ª Região em âmbito nacional”, declarou Ruth.

A idealização do projeto surgiu após encontro realizado em Brasília, em outubro de 2010, ao qual estiveram

presentes representantes da Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh) do Tribunal e das seções de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Seder) das seccionais da Primeira Região. Foram discutidas, entre outros temas, as dificuldades encontradas para promover o aperfeiçoamento dos profissionais da Justiça Federal da Primeira Região. “No caso do TRF, a distância continental entre as 14 seções e 58 subseções judiciárias é, sem dúvida, um grande obstáculo, mas a necessidade comum das áreas de desenvolvimento de pessoal da Justiça Federal da Primeira Região em capacitar os servidores ocupantes de funções de natureza gerencial motivou a criação do projeto, que visa oferecer palestras com duração de uma hora e meia por meio de videoconferência para toda a Primeira Região”, explica a diretora da Direh e coordenadora do projeto, Nádia Barbosa. Em sua opinião, a videoconferência mostrou-se plenamente satisfatória quanto ao atingimento de seus objetivos. “Ela representa abertura de conhecimento e quebra de barreiras



UniCorp
UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO



Nádia Barbosa da Cruz, diretora da Direh, recebe certificado da premiação



Equipe da Secre comemora classificação

sociais, democratizando o conhecimento e diminuindo as distâncias, não só as distâncias físicas, mas também diminui a chamada distância psicológica, na medida em que reduz as distâncias culturais”, considera.

“**É da Primeira! É de todos!**” – com esse slogan, o projeto “A Unicorp em Vídeoconferência” personifica o processo colaborativo e participativo de toda a Primeira Região onde as ações desenvolvidas são pautadas. Traduzindo a valorização do trabalho participativo de todos. Composto por duas iniciativas, a Terça Gerencial e as Sexta Jurídica, o projeto tenta vencer o desafio imposto aos agentes capacitadores pela Lei n.º 11.416/2006, que estabelece aos respectivos órgãos do Poder Judiciário a responsabilidade de oferecer, a cada dois anos, cursos de desenvolvimento gerencial aos titulares de funções comissionadas.

É o caso dos cursos de gerenciamento direcionados para os gestores da Justiça Federal ministrados nas terças gerenciais e que tem como objetivo promover a disseminação de diversos conceitos sobre habilidades gerenciais

e de lideranças, bem como apresentar ferramentas auxilia-doras na realização das tarefas dos gestores. “Já as sextas jurídicas se propõem a ser um espaço de reflexão sobre a busca da excelência, contribuindo para uma gestão ética orientada para a prestação de serviços públicos de qualidade”, esclarece Nádia.

Ambas, Terça Gerencial e Sexta Jurídica, são mecanismos que favorecem a interação entre os servidores da Justiça Federal da Primeira Região, que, segundo Nádia, é a essência do processo de aprendizagem. Para ela, a participação de todas as seccionais é importante nesse tipo de proposta “porque ela tem um alcance superior comparado ao antigo formato, uma vez que, antes, a atuação dessas palestras era somente no Tribunal e posteriormente compartilhada com as demais seções judiciárias”.

Com mais de 1.200 participações até agora, o projeto “Unicorp em Vídeoconferência” vem capacitando pessoas de lugares mais longínquos e criando uma rede de conhecimento em conjunto com todas as seccionais. ■

Criada por meio da Resolução/Presi 600-014, de 8 de novembro de 2007, a Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (Unicorp) surge com o objetivo de atender as demandas da Justiça Federal da Primeira Região na área de educação e de promover a qualificação pessoal e profissional de seus servidores. São priorizadas ações educativas que proporcionem tanto a melhoria no desempenho do ofício diário dos colaboradores quanto àquelas que contribuam para o alcance das estratégias traçadas pela Instituição em seu planejamento estratégico.

Município mineiro de Ipatinga conta com mais uma vara federal

MAIOR CELERIDADE NO TRÂMITE DE MAIS DE 20 MIL PROCESSOS

IVANI MORAIS

Maior celeridade no andamento dos mais de 20 mil processos em trâmite na Subseção Judiciária de Ipatinga é uma aspiração que começa a se concretizar com a instalação de mais uma vara federal na unidade. A 2.^a Vara Federal de Ipatinga foi instalada no dia 22 de setembro pelo presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, juntamente com o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista. Na mesa de honra estavam, também, o membro do Conselho Nacional de Justiça, conselheiro Tourinho Neto, a diretora da Subseção de Ipatinga, Carmen Elisângela Dias Moreira de Resende, o juiz titular da nova vara, Ronaldo Santos de Oliveira, e a diretora do foro da Comarca de Ipatinga, juíza Marli Maria Braga Andrade.

A expectativa de magistrados e servidores com a instalação de outra vara federal na subseção é solucionar de forma mais rápida as causas dos que buscam na Justiça Federal respostas para seus conflitos com o Estado – um passo decisivo, na opinião do presidente Olindo Menezes, na aproximação da Justiça com o jurisdicionado, e um marco na construção da cidadania. “A presença de uma vara federal, especialmente na região interiorana, não deixa de constituir, em razão de sua competência toda de extração constitucional, mais uma sentinela avançada na observância



dos direitos fundamentais, notadamente os de prestação positiva, como direito à saúde, à educação, à moradia, à segurança, à previdência social, e dos princípios constitucionais em geral”, afirmou.

Ele destacou o fato de a 2.^a Vara Federal de Ipatinga, além de ter competência geral, funcionar como juizado especial federal adjunto cível e criminal, o que, em sua opinião, a reveste de um significado ainda maior “já que os JEFs constituem, a olhos vistos, a face de maior ressonância social na atuação da Justiça Federal na medida em que alcança uma camada de jurisdicionados que tradicionalmente não tem acesso fácil a juiz federal, especialmente pela condição econômica pouco favorecida”.

A despeito das dificuldades, o presidente também reafirmou a crença do Tribunal na capacidade dos magistrados e servidores do novo órgão no enfrentamento dos desafios que se apresentam na estruturação e funcionamento da vara, em razão do expressivo acervo. “O Tribunal tem certeza, serão vencidos”.

O presidente concluiu seu discurso reportando-se aos magistrados que estarão à frente das varas da seccional de Ipatinga para que se lembrem de que as instituições são, em essência, as pessoas dos homens, e não abstrações; “elas são nós, homens, com nossas virtudes, nossos defeitos, nossos compromissos”. E concluiu: “Essa vara, portanto,



FOTOS: RAMON PEREIRA

Mesa de honra



Autoridades e servidores recém-empossados

será em imagem pública e em funcionamento exatamente o que vocês forem; cuidem muito bem dela e nunca baixem a guarda no culto aos valores republicanos da justiça e da cidadania; e façam realidade o dístico que consta da bandeira do Tribunal – a justiça é o fundamento da sociedade”.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, disse em seu discurso que a criação de mais uma vara em Ipatinga é uma conquista de seu povo. Ele afirmou que “cada momento de expansão da Justiça Federal representa a edificação de um alicerce na construção do Estado Democrático de Direito”.

Ele também destacou a concentração, no público dos JEFs, da demanda existente na Subseção de Ipatinga. “Quem demanda a Justiça Federal é este público, composto pelas camadas sociais menos favorecidas; por isso, indiretamente, a criação de uma segunda vara, mesmo com competência geral, vem atender principalmente esta clientela, o que significa uma contribuição maior da Justiça Federal ao irrenunciável processo de inclusão social.”

Já a diretora da Subseção Judiciária de Ipatinga, Carmen Elisângela Dias Moreira de Resende, destacou o trabalho dos pioneiros da subseção, magistrados e servidores, rendendo-lhes homenagens pelo esforço empreendido para manter o trâmite processual dos mais de 20 mil processos existentes em apenas uma unidade. “Nossas expectativas

são as melhores possíveis, pois acredito que tanto eu como os demais magistrados que ora compõem essa subseção continuaremos nos empenhando para continuar o trabalho dos que nos antecederam, só que, afora, com um número bem mais razoável de processos em cada vara e com o apoio de um número mais consentâneo de servidores, de modo que em breve a população poderá colher os frutos dessa semente que ora se planta”, comemorou.

Nesse mesmo sentido, o titular da nova vara, juiz federal Ronaldo Santos de Oliveira, falou de sua expectativa ao assumir a missão de administrar um acervo de cerca de 10 mil processos, juntamente com os 10 novos servidores empossados durante a solenidade. “Vamos ter uma movimentação processual mais rápida, e com isso a população vai acabar sendo mais bem atendida”, afirmou.

Prestigiaram a solenidade os desembargadores federais Carlos Olavo e Mônica Sifuentes, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, o juiz federal substituto da 1.ª Vara de Ipatinga, Rodrigo Pessoa Pereira da Silva, a juíza federal da 2.ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares, Denise Dias Dutra Drumond, o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos, o secretário-geral, Joseny Marques Freire, o assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, servidores, além de diversas autoridades dos poderes locais e do cenário jurídico e político regional. ■

Instalada Subseção Judiciária de Muriaé em Minas Gerais

CIDADÃOS DA ZONA DA MATA MINEIRA SERÃO BENEFICIADOS COM A PRESENÇA DA JUSTIÇA FEDERAL

IVANI MORAIS

Os mais de 370 mil habitantes do município de Muriaé e de mais 26 cidades vizinhas, todos localizados na Zona da Mata mineira, já podem contar com os serviços da Justiça Federal para atendimento de causas em geral que envolvam a União, autarquias e fundações públicas, e daquelas relativas aos juizados especiais federais. A Subseção Judiciária de Muriaé foi instalada no dia 23 de setembro pelo presidente do TRF/ 1.ª Região, Olindo Menezes, juntamente com o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Itelmar Raydan Evangelista, e será conduzida pelo juiz federal titular Marcelo Motta de Oliveira.

A instalação é uma conquista da população, comemorada pelo prefeito José Braz, que integrou a mesa de honra ao lado do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Tourinho Neto, do desembargador federal Carlos Olavo, que é nascido no município, do juiz federal titular da nova subseção, Marcelo Motta de Oliveira, do presidente da Câmara Municipal, Vander Oliveira, do diretor da Comarca de Muriaé, juiz Marcelo Thomaz, e da presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Muriaé, Ana Paola Carneiro.

O chefe do executivo local destacou a importância da vara federal para toda a região: "O dia 23 passa a ser uma data histórica no calendário da nossa cidade, pois hoje está sendo implantada a Justiça Federal em nosso município. Isso não vai beneficiar apenas a cidade, mas a população de mais 26 municípios da região, que poderá resolver aqui as suas ações da Justiça Federal". O prefeito ainda parabenizou e cumprimentou magistrados, serventuários e advogados pelo que chamou de grande conquista. "O nosso desejo é que esse órgão de justiça cumpra, na nossa região, o seu importante papel", comemorou.

Com a Subseção Judiciária de Muriaé, Minas Gerais soma 21 unidades da Justiça Federal que atuam no interior do

estado, e encerra o calendário de instalações de 2011 na região. Na avaliação do diretor do foro, juiz federal Itelmar Raydan Evangelista, um ano de muito trabalho, mas muito produtivo. "No ano de 2011, Minas Gerais foi contemplada com sete varas federais, e Muriaé encerra esse ciclo com a instalação, hoje, de sua subseção judiciária. Foi um longo ano de trabalho, mas produtivo, e nós nos sentimos realizados enquanto diretor do foro por verificar esse passo significativo que a Justiça Federal deu em Minas, ampliando sua possibilidade de atender melhor ao povo", comemorou. Itelmar anunciou que já se trabalha para instalar mais cinco varas federais em 2012 no Estado.

Declarando-se honrado por instalar mais uma subseção judiciária no interior da Primeira Região, o presidente Olindo Menezes deu as boas-vindas à nova vara federal de Minas Gerais. "A família forense de Muriaé recebe hoje mais um novo membro, ao lado da justiça estadual e trabalhista; e temos a honra de comparecer aqui para instalar oficialmente a justiça federal comum nesta grande cidade", declarou.

O presidente do TRF destacou, entre os benefícios que virão com a instalação dessa unidade da Justiça Federal para a população, a facilidade de acesso à Justiça Federal das pessoas que moram no município e arredores. "Muitas pessoas, sobretudo aquelas mais desfavorecidas, precisam do pronunciamento de um juiz federal em várias demandas da sua vida; e elas têm, obviamente, dificuldade de chegar a um juiz federal, não só porque a própria instituição, de certo modo, intimida – como são as instituições da justiça – mas também porque a distância física dificulta essa aproximação", afirmou.

A nova subseção judiciária, segundo o presidente, chega com o propósito de mediar os conflitos interpessoais e das pessoas com o próprio estado. Ele considera de máxima im-



portância que o Estado dê uma resposta aos que o procuram para resolver seus conflitos. “Mais dia menos dia alguém vai pedir aqui um tratamento de saúde, um pedido relativo à educação, à assistência social, todos direitos constitucionais de prestação positiva, e o juiz, decidindo essas questões, dando uma resposta à parte, estará dando eficácia a esses preceitos constitucionais”, declarou. “O importante é que a parte tenha um pronunciamento da Justiça, para que ele não se sinta órfão do Estado”, disse.

Outro aspecto destacado no discurso do presidente Olindo Menezes foi a competência de juizado especial federal da Subseção Judiciária de Muriaé, que a reveste de grande significado aos olhos da população e do ponto de vista institucional. “Nós teremos aqui um juizado especial, para que as pessoas façam suas reivindicações; se a pessoa dispuser de um advogado, tanto melhor; se não dispuser, ela pode ir à Justiça, que lá existirá um servidor que tomará sua reclamação e a converterá num termo, fazendo o devido processamento”, explicou. “Portanto nós nos aproximamos dos jurisdicionados, e o fazemos com muito orgulho porque é uma camada da população tradicionalmente alheia às preocupações da Justiça; e esses juizados fazem com que nossa atividade tenha uma repercussão social muito grande, e talvez seja a face de maior visibilidade da Justiça Federal”, afirmou.

O presidente anunciou ainda para este ano a instalação de mais quatro varas federais na Primeira Região, sendo uma

em Barra do Garças, em Mato Grosso, uma em Teixeira de Freitas, na Bahia, uma em Oiapoque e outra em Laranjal do Jari, ambas no Amapá.

Como parte da solenidade, foram empossados 10 novos servidores que atuarão na subseção judiciária sob o comando do juiz federal Marcelo Motta de Oliveira. O magistrado espera começar a trabalhar com um acervo inicial de três a cinco mil processos. Ele falou da importância do serviço prestado pela Justiça Federal ao cidadão. “É uma prestação importante do Estado, além disso, ela representa também um grande impacto econômico na região, pois movimenta um volume muito grande de recursos, concede um número muito grande de benefícios previdenciários, reajuste para servidores públicos, pagamentos de indenizações; enfim, ela representa um impacto econômico muito grande para o município e para a região”.

Para concluir providências de ordem material, tecnológica e operacional, a vara somente abrirá as portas para o público externo no dia 17 de outubro. Até lá, funcionará apenas para atendimento de procedimentos e medidas urgentes.

A solenidade foi prestigiada também pela desembargadora federal Mônica Sifuentes, pelo juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, pelo diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos, pelo secretário-geral, Joseny Marques Freire, pelo assessor especial da Presidência, Euvaldo Pinho, e por diversas autoridades dos poderes locais e do cenário jurídico e político regional. ■

“Justiça Sustentável” é o novo nome do programa socioambiental do TRF/ 1.ª Região

UMA DAS METAS É O USO CONSCIENTE DOS RECURSOS MATERIAIS
E TECNOLÓGICOS DO TRIBUNAL



No dia 28 de setembro, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região escolheu um novo nome para o programa socioambiental da Casa. “Justiça Sustentável” foi a sugestão mais votada por servidores que participaram da votação eletrônica ocorrida no período de 5 a 9 de setembro.

A escolha do nome faz parte de uma das ações do programa socioambiental do Tribunal que objetivam despertar e promover o uso consciente dos recursos materiais e tecnológicos e o manejo adequado dos resíduos produzidos pelo órgão.

Para a diretora da Divisão de Comunicação e Expedição Administrativa (Dicad), e coordenadora do programa socioambiental, Nilda Aparecida Alves, essa mudança de comportamento quanto ao uso sustentável dos recursos materiais dentro do Tribunal favorece, também, o campo financeiro. “Essa mudança de atitude quanto ao uso correto dos materiais fornecidos pelo Tribunal gera também uma conscientização na economia, ou seja, uma diminuição de gastos que possibilita aplicação dos recursos em outras áreas”, afirma.

A votação foi um dos meios encontrados pela Administração para alinhar a diretriz estratégica “Responsabilidade Socioambiental” estabelecida pela Portaria Presi/Cenag 368, de 16/09/2010, e promover a participação de magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários de todo o Tribunal.

Duas etapas foram importantes para a escolha definitiva do nome “Justiça Sustentável”. A primeira foi a coleta de nomes sugeridos para o programa pelos servidores e aconteceu de 16 a 26 de agosto.

A segunda foi a votação eletrônica disponibilizada no sítio do TRF apenas para o público interno do Tribunal, no período de 19 a 23 de setembro. Nessa fase os participantes puderam votar uma única vez em um dos três nomes finalistas: Programa Natureza Legal, que recebeu 122 votos; Pro-Ambiente, 104 votos; e o Programa Justiça Sustentável, escolhido por 158 participantes.

Na mesma semana, para celebrar o Dia da Árvore – 21 de setembro –, a comissão socioambiental surpreendeu servidores da Casa e o público externo com uma árvore na

Comissão Socioambiental

Estabelecida pela portaria Presi/Cenag 368, de 16/09/2010, a Comissão Socioambiental, composta por áreas temáticas, que envolvem outras unidades do Tribunal, segurança e serviços gerais, engenharia e manutenção, material e patrimônio, desenvolvimento e avaliação de recursos humanos, assessoria de comunicação e comunicação administrativa, tem como foco conscientizar o servidor em relação à mudança de atitude que visa preservar a esfera ambiental e, também, ao uso correto dos materiais utilizados nas unidades de trabalho, reutilizando-os. O maior desafio proposto pela comissão é a ideia de reequilibrar o meio ambiente. O grupo tem como proposta uma campanha para motivar o consumo consciente de papel no Tribunal e mostrar o impacto financeiro e o impacto ambiental do uso descontrolado. Com a ação, o grupo visa efetivamente reduzir o desperdício, evitando maiores devastações de áreas florestais.

entrada da portaria do Ed.-Sede I. A Árvore da Consciência Verde (foto ao lado) foi montada inicialmente com galhos secos, e com um propósito: despertar a conscientização quanto ao consumo de papel.

Aos poucos, ela foi ganhando pequenas folhas verdes de cartolina com frases escritas por todos que paravam para participar da iniciativa, que também distribuiu mudas de plantas do Cerrado, como o mogno, a aroeira, o ipê roxo, o ipê amarelo, o pajeú, o capitão da mata, o tamboril, o vinhático, o amendoim do campo e o jatobá da mata. ■

Seccionais promovem mutirões de conciliação do SFH

MAIS DE R\$ 30 MILHÕES RECUPERADOS EM CONTRATOS



Mutuários durante
mutirões no Maranhão

▼ JAIR CARDOSO

Os mutirões de conciliação realizados pelos cinco tribunais regionais federais (TRFs) para dirimir conflitos entre mutuários e financiadores têm-se mostrado um sucesso. Prova disso foram os resultados obtidos durante os mutirões do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) promovidos em setembro na Justiça Federal da Primeira Região, nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e no Distrito Federal. No total, foram 731 audiências, com 431 acordos e mais de R\$ 30 milhões recuperados em contratos.

Os mutirões de conciliação são resultado da parceria entre a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, os presidentes dos cinco TRFs, a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e a Caixa Econômica Federal (CEF). O objetivo é promover a conciliação processual e pré-processual para a prevenção, composição e solução dos litígios

relativos a débitos de pessoas físicas provenientes de contratos com garantia imobiliária cujo credor seja a EMGEA, pondo fim à disputa judicial entre mutuários e a CEF.

Desde março deste ano, os TRFs de todas as regiões estão mobilizados para promover audiências de conciliação relacionadas ao SFH. Até setembro, já foram realizadas 10.987 audiências, 5.207 acordos e a recuperação de R\$ 274 milhões em créditos. A meta é proceder a vinte mil audiências até o fim deste ano.

Na Primeira Região, os números são expressivos. Segundo dados do Sistema de Conciliação (SistCon) do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, até setembro foram 3.546 audiências, que resultaram em 1.869 acordos. O coordenador do SistCon da 1.ª Região, desembargador federal Reynaldo Fonseca, avalia que a Primeira Região está indo muito bem quando se trata



NÚMEROS DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DA SFH REALIZADAS EM SETEMBRO

Amazonas

A seccional da Justiça Federal do Amazonas realizou, de 12 a 16 de setembro, o primeiro mutirão de conciliação do SFH do estado. No total, foram efetuadas 83 audiências, com 72% de acordos homologados e R\$ 897 mil recuperados em créditos, de acordo com o relatório divulgado pela Justiça Federal do Amazonas. No total, 112 ações foram selecionadas pela CEF, pela EMGEA e pela coordenação do Sistema de Conciliação da Primeira Região (SistCon).



Distrito Federal

Em cinco dias de mutirão, a II Semana de Conciliação do DF julgou 164 processos referentes ao Sistema Financeiro da Habitação e administrados pela EMGEA, alcançando um índice de 75% de acordos. O valor das dívidas propostas nas audiências foi de mais de R\$ 20 milhões, dos quais foram negociados cerca de R\$ 5,8 milhões. As audiências aconteceram na Seção Judiciária do DF, no período de 19 a 23 de setembro.

83 audiências 75% de acordos

R\$ 7 milhões em valores negociados R\$ 100 milhões em valores recuperados



SECOS/SJMA

Mutuários durante mutirões no Maranhão

de conciliação. Ele explica que até o final de 2011 serão realizadas mais 1,6 mil audiências de conciliação do SFH, ou seja, 656 audiências a mais que a meta estabelecida pelo CNJ para a Primeira Região, de 5.528 audiências. “Os números mostram que a cultura da conciliação está consolidada na Primeira Região, não só no que diz respeito ao sistema financeiro habitacional, mas também no que tange à previdência social e à execução fiscal”, destaca o desembargador.

O primeiro mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação ocorreu em abril, na Seção Judiciária da Bahia, quando foram efetuados mais de 300 acordos. Na ocasião, a corregedora-geral da Justiça Federal, ministra Eliana Calmon, destacou a importância da promoção das semanas de conciliação. Para a ministra, essas semanas garantem a viabilização e o retorno de recursos financeiros ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de proporcionar novos financiamentos para quem pretende concretizar o sonho da casa própria. ■

Maranhão

De 12 a 16 de setembro, ocorreu o mutirão da Justiça Federal em processos do Sistema Financeiro da Habitação. Nas 240 audiências realizadas, o percentual de acordos firmados ultrapassou 70%, e os valores negociados superaram os R\$ 7 milhões. Oito juízes federais participaram das audiências de conciliação durante toda a semana, sendo cinco deles do Maranhão e três juízes, de outras seções judiciárias da Primeira Região.

Mato Grosso

Em Mato Grosso, foram 85 audiências de conciliação, 66 acordos homologados (77,65%) e mais de R\$ 7 milhões em valores negociados. As audiências ocorreram na Seção Judiciária de Cuiabá, de 12 a 16 de setembro.

Minas Gerais

Em Minas Gerais houve dois mutirões de conciliação do SFH, em Belo Horizonte (de 22/8 a 02/9) e em Uberlândia (de 26/9 a 30/9). Na capital efetuaram-se 293 audiências, com 155 acordos homologados. O total de valores negociados superou R\$ 9 milhões. Em Uberlândia, foram 102 audiências e 49 acordos homologados, totalizando mais de R\$ 2 milhões em valores negociados.

Em toda a Primeira Região

Audiências realizadas: **3.546**

Acordos homologados: **1.869**

Percentual de sucesso: **66%**

Valores recuperados: **R\$ 100 milhões**

Licença por Acidente em Serviço

1. Que tipos de acidente em serviço ensejam licença para o servidor?

Diversas situações são equiparadas com o acidente em serviço, conforme o art. 25, § 1.º, incisos I a IV, alíneas "a" a "d", e §§ 2.º e 3.º, da Resolução n.º 002/2008.

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a perda ou redução da capacidade laborativa do servidor, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de: a) ato de agressão não provocado, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada com o trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro, ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada no uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido, ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviços sob a autoridade do órgão;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao órgão para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço do órgão, inclusive para estudo, quando financiada por este, dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor.

§ 2º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do trabalho.

§ 3º Considerar-se-á como dia do acidente a data do início da incapacidade laborativa para o exercício de atividade habitual ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para esse efeito o que ocorrer primeiro.

O tema está regulamentado nos artigos 211 a 214 da Lei 8.112/1990 e artigos 24 a 27 da Resolução 002/2008 do Conselho da Justiça Federal. Dúvidas? Você tira aqui.

2. Qual é a duração da Licença por Acidente em Serviço?

A duração da licença por acidente em serviço obedece aos mesmos critérios para a concessão da licença para tratamento de saúde. Será concedida até 30 dias por médico do órgão, e por prazo superior será o servidor encaminhado à junta médica oficial do órgão. Se a licença extrapolar o prazo de 24 meses, o servidor será encaminhado à junta médica oficial, que emitirá parecer conclusivo, quanto ao retorno à atividade, aposentação ou readaptação em outro cargo.

3. O servidor licenciado terá prejuízo em sua remuneração?

Não. De acordo com o art. 213 da Lei 8.112/1990, o servidor acidentado em serviço será afastado com remuneração integral.

4. Qual o prazo para a comprovação? Esse período pode ser prorrogado?

A prova do acidente será feita no prazo de 10 dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem. Como a Resolução estabelece causas continuadas que são equiparadas ao acidente de trabalho, algumas doenças degenerativas (LER, por exemplo) podem ser acompanhadas por anos até que se defina o nexo causal entre elas e as atividades do servidor. Nesses casos, evidentemente, não há que se falar em prazo.

5. Finda a licença, o servidor retornará ao exercício das atividades anteriores?

O servidor retornará às atividades anteriores, se estiver recuperado do acidente em serviço. Caso tenha sofrido limitações na sua capacidade física ou mental, será readaptado em outro cargo, com atribuições afins ao cargo de origem, mesma habilitação, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos, observado o disposto no art. 24, § 2.º, da Lei 8.112/1990.



Perícia e Conciliação

▼ MARTHA HORMANN

As últimas estatísticas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelam que só em 2009 foram concedidos mais de 32 milhões de auxílio-doença, auxílio por acidente e aposentadoria por invalidez.

Nas situações de análise das concessões, de um lado está o trabalhador, que para conseguir o benefício tem de comprovar a incapacidade, temporária ou permanente, para o trabalho. Do outro, o INSS, que entende, muitas vezes, não ter o segurado direito ao benefício. Daí, a discussão acontece judicialmente.

A prova da incapacidade do trabalhador, nesses casos, é obtida por meio de perícia médica, que pode ser realizada por profissional indicado pelo Judiciário, que seja totalmente isento quanto aos interesses das duas partes – o trabalhador e o INSS.

Os Juizados Especiais Federais (JEFs) julgam essas causas quando o valor pretendido não é superior a 60 salários mínimos. E é durante a ação que a perícia ocorre. Hoje, nos

INICIATIVA IMPLEMENTADA NO JEF DE BELO HORIZONTE PODE ESTENDER-SE A TODA A PRIMEIRA REGIÃO



FOTOS: ACERVO DO JEF/MG

JEFs da 1.ª Região, o acervo de processos dessa natureza corresponde a 30 ou 40% do total de ações e, em algumas unidades, ficavam represados devido à dificuldade de realização de perícia, principalmente porque os peritos demoravam, às vezes, anos para receber a contraprestação de seu trabalho.

Assim, segundo o juiz federal Murilo Almeida (coordenador do JEF de Minas Gerais), até março de 2010, para o agendamento de uma simples perícia médica era necessário “o cumprimento de diversas etapas processuais, além de inúmeros contatos da secretaria com os poucos médicos que ainda se dispunham a fazer as perícias”. Além disso, cancelamentos dos exames agendados eram rotineiros, o que exigia novos contatos, agendamentos, intimações das partes, redundando em longos atrasos na solução dos processos.

Sensibilizado com a situação do trabalhador que ficava muitos meses sem receber uma resposta da Justiça, Murilo





de Almeida decidiu implantar, em caráter experimental, o pagamento dos honorários periciais por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), à conta do INSS. Foi criada, então, uma central de perícias com cadastro único no Juizado Especial de Minas, e implementado um questionário abrangente e uniforme a que responderão os peritos. A central passou a marcar as perícias logo no momento da entrada do processo e comunicar ao beneficiário a data em que deveria comparecer para o exame. Desde a instalação da Central de Perícias no JEF de Belo Horizonte, em março de 2010, nenhuma foi marcada com prazo superior a 30 dias.

Cristina Lopes Pereira conta que, quando deu entrada no processo em que pretendia obter benefício para sua filha de quatro anos, acometida de câncer, a perícia foi marcada para 15 dias depois. “No mês seguinte, o benefício já estava sendo pago, graças a Deus. Se não fosse isso, não sei como seria minha vida, porque até hoje não pude voltar a trabalhar por causa da doença da minha filha”, conta.

O magistrado cita, entre as vantagens alcançadas com a instalação da Central de Perícias, a redução do custo dos honorários periciais de R\$ 176,10 para R\$150,00, por perícia; a diminuição do prazo de espera pela perícia, de seis meses, em média, para, aproximadamente, 20 dias; redução do prazo médio de julgamento dos processos, de um ano para três meses, aproximadamente, melhoria substancial dos laudos médicos, em função do contato direto entre o juiz e o perito, e aumento do número de profissionais

qualificados interessados pelo credenciamento.

As dificuldades encontradas nas varas do JEF de Belo Horizonte são comuns nas varas das outras subseções do Estado de Minas Gerais. “Em algumas delas, no interior, o problema se apresenta em maior escala, pois sequer há médicos dispostos a exercer a função, tendo em vista o pequeno valor arbitrado e a irregularidade com que os pagamentos de honorários são liberados”, garante o coordenador.

Diante desse quadro, a Coordenação do JEF de Belo Horizonte lançou o projeto Perícia Itinerante para a realização de perícias no interior do Estado com médicos da Central de Perícias. “O primeiro evento ocorreu na Subseção de Montes Claros /MG, que realizou em junho e julho deste ano cerca de 600 perícias. A Subseção de Lavras/MG teve 300 perícias realizadas em junho e outras 200 agendadas para setembro próximo. A Subseção de Paracatu/MG sediou, entre 25 a 30 de julho deste ano, 412 perícias médicas. A recém-instalada Subseção de Manhuaçu/MG, antes de completar dois meses de funcionamento, já realizou o total de 790 perícias médicas, em agosto. Em resumo, em pouco mais de três meses o projeto Perícia Itinerante já realizou mais de 3.000 perícias no interior de MG”, contabiliza o juiz Murilo.

A empreitada teve resultados tão positivos que, no dia 22 agosto, o coordenador do JEF de Minas Gerais apresentou à Coordenação dos Juizados Especiais (Cojef) do TRF/ 1.ª Região uma proposta de realinhamento administrativo para inserir, oficialmente, a Central de Perícias e de Conciliação Permanente (CPCP) na estrutura do JEF como unidade autônoma, o que pode solucionar as necessidades de conciliação geradas em muitos processos movidos contra o INSS e também contra a Caixa Econômica Federal. Para o juiz federal, caso essas ações passem a ser encaminhadas às varas competentes somente para o encerramento da instrução e julgamento na ausência de acordo prévio, o número de processos que chegará aos gabinetes será 30% menor. Em outras palavras, a nova unidade terá como objetivo alcançar a conciliação, garantindo maior celeridade à tramitação processual e redução do acervo em tramitação. ■

Fontes: * (<http://www.inss.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>)

BAHIA

Primeira semana do e-Jur na Bahia movimentou 35 processos em meio digital

No dia 26 de setembro, entrou em operação, na Seção Judiciária da Bahia, o e-Jur, sistema de processo digital do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região que tem como objetivo promover maior acessibilidade e uma prestação jurisdicional mais célere para o jurisdicionado. Em uma semana, 35 processos já circulavam em meio digital. O primeiro deles foi distribuído para a 4.ª Vara Federal, em Salvador. A 16.ª Vara foi a que mais recebeu processos, seis ao todo. O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, Olindo Menezes, esteve em Salvador para o lançamento do e-Jur na seccional. Para dirimir dúvidas de procuradores e advogados com relação aos procedimentos do e-Jur, a juíza federal em auxílio à Corregedoria do TRF da 1.ª Região, Kátia Balbino, e a juíza federal diretora do foro da SJBA, Cynthia de Araújo Lopes, reuniram-se, no dia 27 de setembro, com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público Federal (MPF) e do INSS. Na ocasião, as magistradas destacaram que, a princípio, todos os mandados de segurança e ações monitórias que derem entrada na Justiça Federal vão tramitar de forma digital. A Bahia é o penúltimo estado da primeira região a receber o e-Jur, faltando apenas Minas Gerais para completar o quadro.



SECOSIR

RORAIMA

Diretor do Foro reúne-se com parlamentares em Brasília

O juiz federal Helder Girão Barreto, diretor do foro da Seção Judiciária de Roraima, esteve em Brasília, dia 21 de setembro, para participar de reunião com parlamentares federais. O objetivo do encontro foi buscar apoio político para a construção da nova sede da Seccional, orçada em R\$ 31 milhões. O magistrado foi recebido pelos senadores Romero Jucá, Ângela Portela, Inácio Arruda e os deputados Berinho Bantim, Luciano Castro e Édio Lopes.

Diante da constatação da precariedade das atuais condições físicas do edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima, os integrantes da bancada federal de Roraima comprometeram-se a ajudar com a propositura de emendas ao Orçamento da União para a aprovação do empreendimento o mais breve possível.



SECOSIR

BAHIA

Subseção de Ilhéus realiza 8.ª edição do projeto Quinta Legal

No dia 15 de setembro, foi realizada, no auditório da Subseção Judiciária de Ilhéus, a oitava edição do projeto Quinta Legal, iniciativa posta em prática pela Justiça Federal em parceria com a Faculdade de Direito de Ilhéus e com a OAB local, com o objetivo de socializar o conhecimento jurídico.

O Quinta Legal reuniu acadêmicos, professores, advogados, servidores, prefeitos, secretários de governo, juizes, promotores e demais profissionais de direito. O mestre e doutor em direito tributário Harrison Ferreira Leite palestrou sobre o tema de seu livro lançado durante o evento "Autori-

dade da Lei Orçamentária", e o juiz de direito da infância da Comarca de Itabuna e professor universitário, Marcos Antônio Santos Bandeira, falou sobre a Lei n.º 12.403, de 04/05/2011, que trata de prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares.

Visando à inclusão social, o evento contou com a apresentação de dança da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), que na ocasião recebeu a doação de 250Kg de alimentos não perecíveis oferecidos pelos 300 participantes.



JESMIEL PRADA/PRAÇA FOTOGRAFIA/ITABUNA, BA

GOIÁS

Campanha "Abre o olho cidadão" quer despertar a cidadania tributária

O Centro de Pacificação Social (CPS) do Município de Uruaçu, em Goiás, lançou, no dia 14 de setembro, a campanha "Abre o Olho Cidadão". A campanha tem a finalidade de inculcar a cultura da cidadania tributária nos indivíduos, inserindo-os na realidade fiscal brasileira, de modo que seja uma prática diária o conhecimento do valor dos impostos e taxas embutidos em cada produto ou serviço que se pretende adquirir.

A intenção é buscar a participação dos comerciantes para que promovam nas gôndolas e anúncios de seus produtos/serviços o valor real deles (sem tributos), bem como o valor destinado aos cofres públicos, tornando mais transparentes as relações tanto de consumo quanto tributária, sem que isso se configure propaganda enganosa.

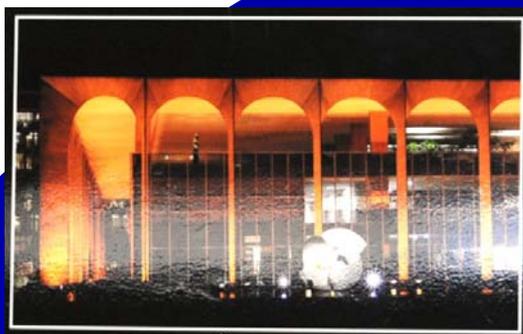
O projeto piloto resultou da iniciativa do juiz federal Eduardo Cubas, da Subseção Judiciária de Uruaçu, que também é coordenador da Comissão Nacional de Implantação dos

Centros de Pacificação Social. A iniciativa pretende consolidar a campanha inicialmente em Uruaçu e, para isso, foram distribuídos fôlderes, cartazes e faixas publicitárias, com o apoio das associações comerciais da cidade. Futuramente, a campanha "Abre o olho cidadão" será estendida para outros 35 municípios de Goiás que também contam com centros de pacificação em plena atividade e, num desafio maior, para todo o Brasil.

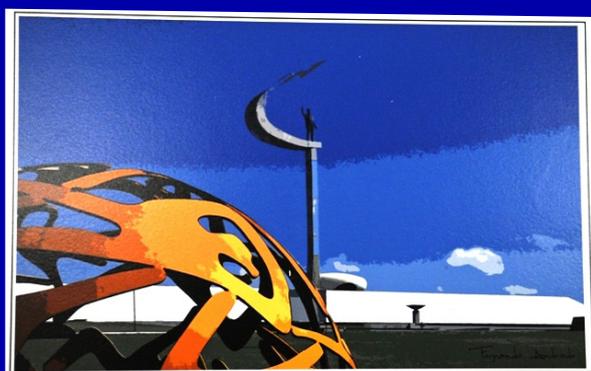
O evento contou com a participação de diversas autoridades, entre elas o diretor do foro da Comarca de Uruaçu, Murilo Vieira de Faria, e o procurador da República Hélio Telho Corrêa Filho.



COMUNICAC



“ Brasília
SEM
LIMITES ”





BRUNO BANDEIRA/ MC

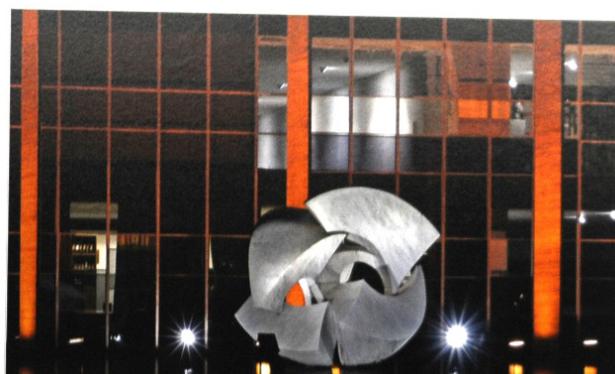
No Espaço Cultural do TRF/1.ª Região, de 12 a 23 de setembro, aconteceu a exposição “Brasília sem limites”, do fotógrafo gaúcho Fernando de Andrade. Nesse período, foram expostas 61 imagens que retratam os mais variados ângulos da arquitetura de Brasília.

Em seu trabalho, Fernando dá o aspecto de pintura às fotografias utilizando a chamada “técnica de redução de arestas”, recurso tecnológico que muda as características originais das fotos, dando a elas aspectos de pinturas. “Quero mudar o conceito de cartão postal”, afirma Andrade.

Amante de Brasília, Fernando confessa que tem um acervo com mais 12 mil fotos da capital federal e tenta retratar os ângulos e formas que muitos moradores veem, mas não percebem. Ele começou a atividade fotografando cidades como Porto Alegre, Paris, Veneza.

Ao mudar-se para a nova capital, na década de 1969, apaixonou-se imediatamente pelas novas e ousadas estruturas dos prédios em construção: “Sou apaixonado por Brasília”, afirma. ■

Contato: rabysko@gmail.com





POR UM TRF EM CADA ESTADO

Muito bem ao Judiciário brasileiro fez o saudoso senador Chagas Rodrigues (1922-2009). Quando congressista constituinte (1987-1988), o atuante parlamentar propôs – e se articulou para aprovar – disposição normativa inserida na Carta Magna, conforme a qual cada Estado e o Distrito Federal sediariam pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho (artigo 112 do texto originário, promulgado em 5 de outubro de 1988). Depois de instaurada a nova ordem jurídico-constitucional, foram criados vários TRTs, sendo que atualmente só quatro unidades da federação não têm a sua própria Corte trabalhista (a saber: Acre, Amapá, Roraima e Tocantins), a depender apenas da edição de lei ordinária.

Vem a propósito essa breve reportagem histórica ao dinâmico trabalho daquele grande democrata piauiense que dignificou com inteligência e honradez o Parlamento nacional, no momento em que tramita proposta de emenda constitucional (PEC 544/2002) prevendo a criação de mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs), que se somariam aos cinco hoje existentes. Refere-se à PEC que cria repartições do Poder Judiciário e recompõe a competência territorial. Por essa proposta, teria o País TRFs sediados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife (1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Regiões, já em funcionamento), Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus (6.^a, 7.^a, 8.^a e 9.^a, projetadas). Questiona-se, com absoluta pertinência, indagando: por que não instituir na PEC a criação de um TRF em cada

unidade federativa do Brasil, a exemplo do que sucede na Justiça do Trabalho?

Descabe, porque falaciosa, a objeção de que órgãos do Judiciário representam demasiado dispêndio para os cofres públicos. Ressabido é que as unidades da Justiça Federal incrementam a arrecadação tributária por meio de ações de execução fiscal, entre outras medidas. Por que restringir a poucas capitais brasileiras as sedes dos órgãos da segunda instância da Justiça Federal? Razões admissíveis, de ordem política e sociológica, inexistem. Efetivamente, o que há mesmo se revela em uma passividade dos chamados *pequenos Estados* (expressão, aliás, desprovida de significado ético; todo ente federativo tem as mesmas prerrogativas institucionais e merece tratamento isonômico da União). Trata-se de um repreensível comportamento atávico de subserviência. Inassimilável à luz da razoabilidade e do bom-senso.

Há de ser paritária a prestação do serviço público federal, em obséquio ao cânone da igualdade, afigurando-se detrimetosa a condição daqueles usuários que são postos à margem de uma efetiva providência jurisdicional. Preservar e resguardar direitos alusivos à vida, à honra, à liberdade e ao patrimônio corresponde a conferir mais cidadania às pessoas. Principalmente quando estas demandam em juízo contra o Poder Público.

Quantos “Piauí” vale Minas Gerais, que pela PEC em comento terá o seu TRF? Evidentemente, em termos his-

tóricos, culturais e sociais, têm a mesma densidade esses dois valorosos Estados. Somente o desnível econômico e o contingente populacional colocam Minas à frente da Terra Querida. Com uma população de 19,6 milhões de habitantes, num território de 586,5 mil km², os mineiros podem ter o seu TRF (com uns trinta e três membros). Igualmente, o Piauí – 3,2 milhões de habitantes, 252 mil Km² – pode ter a sua Corte Regional Federal (com, pelo menos, sete integrantes). Comparação similar também se faz entre as Alterosas e estados como Rondônia, Maranhão, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Santa Catarina.

Refutariam muitos, aduzindo que se trata de ideia propositiva utópica, além de onerosa para a Nação. É preciso afugentar alegação desse jaez. Ora, a polêmica obra da transposição do Rio São Francisco – que beneficiará 12 milhões de pessoas – tem gastos orçados em 7 bilhões de reais. Seguramente, com infinitesimal porção daquele montante será factível começar gradualmente a instalar os TRFs em todo o País, para contemplar beneficentemente toda a população brasileira.

Deveras, o que funcionou eficazmente na Justiça do Trabalho comporta ser adotado pela Justiça Federal. Assim, exemplificando, caso exista o TRF do Piauí (tal como o TRT e o TRE), o cidadão piauiense que tenha uma causa em face do INSS na Justiça (Estadual ou Federal, que supere

a alçada do Juizado Especial) não precisará aguardar uma extensa pauta de julgamentos (concorrendo com processos do Distrito Federal e outros doze Estados, quais sejam Maranhão, Tocantins, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Bahia) para ver o seu recurso apreciado.

Exitosa experiência vem sendo observada no sistema dos Juizados Especiais Federais, em que cada seção judiciária (sediada nas capitais) dispõe de, pelo menos, uma Turma Recursal. Não fosse o bradante déficit de magistrados exclusivos para atuar nas Turmas, estas conduziriam a contento as medidas recursais, julgando-as em tempo razoável, atendendo ao preceito constitucional insculpido no artigo 5.º, inciso LXXVIII, da vigente Lei fundamental brasileira.

Importa maximizar a eficácia do preceituado no inciso XIII do artigo 93 *da Lex Legum* em vigor (“o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população”).

Concitam-se, colhendo o presente manifesto como oportuna advertência, os representantes do povo (notadamente senadores da República e deputados federais) a ponderar acerca da matéria, cuja análise deve ser pautada na ingente necessidade do cidadão ávido por uma Justiça lépida e eficiente. ■

Juiz federal titular, na 7.ª Vara da Seção Judiciária do Piauí



POR aí



Combustível para o balão

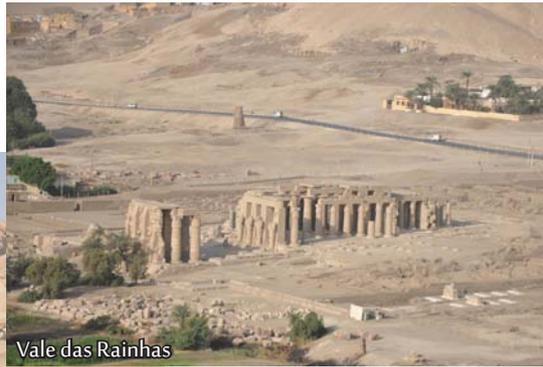
De balão, no céu do EGITO



Tempo de Karnac



Vale dos Reis



Vale das Rainhas



Sombra do balão



© superbalão



Obra de arte

▼ EUVALDO SOARES DE PINHO*

CONHECER LUGARES QUE SERVIRAM DE BERÇO PARA A HISTÓRIA DA HUMANIDADE ME TORNA MAIS REFLEXIVO. PAISAGENS E TRAÇOS DA ARQUITETURA HISTÓRICA ME FAZEM VOLTAR NO TEMPO E REMONTAR CENÁRIOS. EM LUXOR, NA CIDADE DO CAIRO, NO EGITO, É IMPOSSÍVEL NÃO CONTEMPLAR O SIGNIFICADO DO TEMPO E SUAS MARCAS DEIXADAS POR REIS E RAINHAS EGÍPCIOS, FARAÓS, PIRÂMIDES... E É PRA LÁ QUE CONVIDO VOCÊ, CARO LEITOR, A VOAR COMIGO. SÓ QUE, DESTA VEZ, DE BALÃO!



Decolagens



O limite do deserto

Após os mergulhos no mar vermelho, relatados na edição de março/2011 da **Primeira Região em Revista**, seguimos de ônibus para Luxor, na cidade do Cairo. A ansiedade era grande para visitar os templos de Luxor, Karnak, Rainha Hatshepsut, no Vale dos Reis e no Vale das Rainhas. E conhecer de perto as pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, então? Dormir diante de tanta expectativa não foi fácil.

Acordamos às quatro da manhã e atravessamos de barco um dos braços do Rio Nilo, onde tomamos o café da manhã. Após a refeição nos deslocamos em vans para o "point" onde se concentravam os balões e, a partir dali, sobrevoamos o Vale dos Reis ainda durante o amanhecer.

Os balões têm em média 20 metros de altura e, em sua base, existe um cesto onde cabem até 26 pessoas. Eles são inflados com ar quente que sobe mais que o ar frio. Para ajudar a manter o balão no ar, e subindo, é usado um "queimador" de gás propano entre o cesto e balão. Ele é acionado regularmente para garantir a estabilidade do balão, e, para descer, existe uma "válvula de pára-quadras" localizada no topo, que é acionada para trazer o balão em direção ao solo.

O balão que escolhemos era o maior de todos; não por vaidade – que fique



Templo de Luxor



Pôr-do-sol nas ruínas



Aluguel de camelos

Visão surreal II





Vale dos Reis

claro! –, mas porque estávamos num grupo de 20 mergulhadores e pretendíamos fazer aquele passeio juntos. Após um "briefing", para sabermos como deveríamos nos comportar a bordo, decolamos. Foi então que o céu foi se tornando infinitamente maior e ricamente majestoso. O silêncio, o nascer do dia e as paisagens: tudo parecia sagrado. E nem mesmo o "som" produzido pelo disparo dos queimadores expelindo fogo era capaz de desviar a nossa atenção.

Ao leste vimos o Templo de Karnac – o maior do Antigo Egito –, que levou mais de mil anos para ser construído. Ao oeste, o Templo de Hatshepsut, rainha da 18.ª dinastia que governou como um faraó; e o belo Vale dos Reis, onde estão 62 túmulos dos faraós do império novo do Antigo Egito, entre eles o de Tutancâmon, Ramsés IX, Seti I e Ramsés VI.

Do alto foi possível ver a grandeza do Rio Nilo e a mudança de cor na linha divisória entre o deserto e os campos de cultivo, o que nos fez pensar na sua importância para a história do Egito. E, à medida que o sol ia despontando, vários e vários balões coloriam aquele céu que certamente registrou do alto toda a história das civilizações que ali existiram. Um abraço e até a próxima. ■

*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.
Fotos e legendas do autor

Navegando na madrugada



Recepção Ímpar





COM

Autoconfiança

Você confia no seu desempenho?

Ter autoconfiança é importante para se construir uma vida de sucesso. Ela tem uma relação direta com a autoestima. Esses dois sentimentos fortalecem o ser humano e ajudam a manter o equilíbrio diante das dificuldades e frustrações que acontecem durante a vida. Quanto mais a pessoa consolida a autoconfiança e a autoestima, mais aumenta as suas chances de ser feliz.

Ter boa autoestima significa aceitar-se incondicionalmente, ser feliz por ser quem é, perceber-se como uma pessoa que tem qualidades, com a qual vale a pena conviver. Autoconfiança é acreditar que é capaz de fazer o que quer ou precisa, ou ainda ser capaz de aprender o que for necessário. Assim, os conceitos se retroalimentam: Quanto mais autoconfiança, mais resultados, mais autoestima, estabelecendo-se um ciclo virtuoso que leva ao sucesso.

A definição é fácil, mas não basta decorar o conceito, pois os efeitos benéficos só aparecem na medida em que colocamos em prática. Naturalmente, como seres humanos nós oscilamos o humor e a disposição. Em alguns dias estamos mais autoconfiantes e em outros menos, pois os fatos nos afetam e refletem em nossos comportamentos. Então, se entendemos este pulsar nas nossas vidas e aprendemos rapidamente a recuperar o equilíbrio e a desfrutar da nossa autoestima e autoconfiança, teremos mais chances de fazer o que implicará os

resultados desejados, na vida pessoal e no trabalho.

Então, como fazer para conquistar a autoconfiança? A confiança nasce com o acreditar que algo existe ou acontecerá. Muitas vezes acreditamos com mais facilidade em algo que já aconteceu, e pode se repetir. "Sinto-me autoconfiante em relação a um trabalho que já fiz antes, se obtive resultados esperados e fui reconhecido". É certo que ter experiência anterior gera certeza e tranquilidade. Mas, muitas vezes temos que acreditar em nós mesmos para fazer algo que nunca fizemos! Um novo desafio profissional, uma situação inusitada ou um fato que surpreende, e precisamos tomar uma decisão ou realizar algo sem ter a experiência anterior. Onde buscar confiança nesta hora?

Começamos a ganhar força e confiança desde pequenos, quando superamos pequenas coisas e, se gradativamente aumentamos a dificuldade dos desafios, aprendemos aos poucos a encarar o medo de frente. As pequenas experiências de superação nos fortalecem. Por isso é importante ter experiências variadas, fazer estágios, ter experiências profissionais diferentes desde cedo. Porém, existem pessoas que realmente acreditam que não são capazes! Esta incapacidade se dá muito mais pela crença negativa do que pelas reais possibilidades. Com um pouco de dedicação e enfrentamento, a crença pode desaparecer. E então, surgirão as chances

comportamento comportamento comportamento portamento

de superação e melhoria de desempenho pessoal. A solução existe!

E se você pensa que não é tão confiante como gostaria, comece agora: Faça viagens, transite em ambientes desconhecidos, prepare-se, proponha-se desafios e dedique-se para vencê-los. Isso ajudará a aumentar a autoconfiança que será útil em todas as situações da vida.

Contudo, é natural que o medo apareça diante do desconhecido. Muitas vezes ajuda e, em outras vezes, bloqueia, permitindo que nasçam crenças como "Isto não é para mim! Eu sei que não sou capaz! Qualquer pessoa fará melhor que eu!". Possivelmente o medo de errar e ser rejeitado cria espaço para duvidar até mesmo das chances reais que a pessoa tenha de se superar.

Então, para melhorar a autoconfiança, é preciso aprender a dominar o medo e se preparar, ter cuidado, evitando se jogar em situações difíceis. E por outro lado, ficar paralisado não ajudará ao fortalecimento. Sempre que postergamos os nossos enfrentamentos, postergamos também as nossas possibilidades de superação.

Nesse caminho que conduz a vitórias e eleva a autoestima, precisamos ter consciência que não podemos tudo. Existem limites verdadeiros que devemos entender e obedecer, isso faz parte do bom convívio. Acreditar que somos invencíveis pode ser disfuncional, pois tendemos

ao outro extremo da confiança: prepotência, presunção ou arrogância. Esses comportamentos acabam não ajudando, e a pessoa se torna antipática e desagregadora. Embora ela possa colecionar muitas realizações, será pouco apreciada devido à postura e possivelmente terá poucos amigos para comemorar as vitórias!

Então, a autoconfiança tem um ponto de equilíbrio - aquele onde surge o encorajamento para avançar - mesmo sem ter a experiência anterior, mas com disposição para aprender e buscar a superação sem, no entanto, se posicionar como melhor que outros ou invencível.

Acreditar em si mesmo cria condições para que, uma vez alterada a zona de conforto (situações em que estamos acostumados e seguros), rapidamente se restabeleça o sentimento de conforto e adequação novamente, ajudando também a desenvolver uma atitude otimista diante da vida. Como estamos em permanente superação, fica fácil acreditar que amanhã será melhor do que o hoje, e que os esforços do presente resultarão no futuro desejado. Se você é autoconfiante e equilibrado, esta ajudando ao seu ambiente e criando condições para que os outros também o façam. ■

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional. Colaboradora da Primeira Região em Revista

ESCRITÓRIO DE PROJETOS: unidade

▼ POR JOSÉ FERRETTI (CENAG) E MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Projetos são empreendimentos com alto teor de inovação que, com prazos e custos determinados, visam alcançar objetivos específicos. Seguem um formato planejado e sistêmico, com ênfase em um inter-relacionamento dinâmico e constante entre unidades, gestores e dirigentes.

Entre inúmeras vantagens, a literatura costuma elencar: economia de recursos, objetivos mensuráveis, resultados controlados, sistematização na execução, maior facilidade no controle e difusão de conhecimento.

O termo conhecimento ainda demanda bastante discussão, quando se deseja defini-lo, mesmo conceituá-lo. Entendemos como um conteúdo mental que está ou fica à disposição das pessoas e das organizações para ajudá-los a desenvolver trabalhos, seja de que natureza for, bem como para contribuir com o aprimoramento de outros conhecimentos e informações.

E, então, qual a relação dos projetos com esta questão? É uma conexão ampla. Imaginem que cada etapa de um projeto ou cada fase de seu ciclo de vida é baseada em informações registradas. Nada prossegue de forma tácita, ou seja, há de haver um documento suportando a atividade ou a tarefa. Não se pode argumentar, em nenhum momento: "Ah! Não entendi assim".

Alguns poderiam, todavia, sustentar que tal prática aumenta a "papelada". Sim, até que cheguemos ao fluxo administrativo eletrônico, é verdade. Entretanto, as garantias de que se está fazendo exatamente o que se planejou e de que se decidiu com base em informações explícitas e não sobre "ideias", aumentam sobremaneira, bem como, a eficiência, eficácia e efetividade dos processos de trabalho.

Com a informação, pode-se dar a publicidade que as boas ideias – devidamente registradas – merecem. Dentro

dessa mesma lógica, as "lições aprendidas" – experiências vividas e marcantes que nos ensinam a partir dos nossos erros –, bem como as "boas práticas" – métodos ou trabalhos identificados como bons exemplos para empreendimentos futuros, podem permanecer, se organizados e colocados à disposição, ao dispor de novos empreendimentos.

Carece, no entanto, se adotada a gestão por projetos, de uma unidade que conheça todas as informações relativas a todos os projetos. Tal unidade é o Escritório de Projetos. Costumeiramente dividido em áreas de conhecimento, o Eper, como é conhecido o Escritório do Tribunal, abrange: 1. Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos; 2. Metodologia, Processos e Padrões; 3. Ferramentas de Gestão de Portfólio e de Projetos; 4. Gestão Documental; 5. Consultoria & Suporte; 6. Capacitação; 7. Avaliação dos Resultados dos Projetos; 8. Coleta e Disseminação de Lições Aprendidas e Boas Práticas; e 9. Maturidade em Gestão de Projetos.

Pode, assim, o Eper, com o propósito de auxiliar o gerente a bem conduzir os projetos, proporcionar, ainda, à alta liderança do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região um panorama operacional que subsidie o processo de tomada de decisões estratégicas.

Essa nova cultura, a exemplo do que vem acontecendo em organizações e países, pode tornar a máquina pública mais "competitiva" frente a ela mesma, mais econômica aos contribuintes e efetiva aos jurisdicionados.

Há muitos desafios a serem enfrentados, já que os projetos supõem a implantação e aceitação, não só por parte da Alta Administração, mas também dos próprios servidores, de uma nova cultura: a estrutura matricial. Esta passagem ou mudança exige estratégias diversas para que seja assimilada sua importância, a despeito de se manter única e

difusora de conhecimento e informação

exclusivamente a hierarquia como forma de comando.

A estrutura matricial permite agregar conhecimento e oportuniza a inovação, além de aproximar a cúpula organizacional das esferas operacionais. Isso é um paradigma a ser quebrado, pois a organização contemporânea não tem como progredir nos modelos convencionais, diante das exigências da sociedade como o *accountability*, que vai além da simples demonstração do que se faz, atingindo a prestação de contas, transparência. É, também, forma inteligente e eficaz de questionar e avaliar as anomalias da estrutura convencional hierárquica num mundo dinâmico, globalizado e inovador.

Trata-se de um diferencial competitivo a implantação e pleno funcionamento do escritório de projetos na Justiça Federal da 1.ª Região, notadamente por lá deverão estar registradas as iniciativas estratégicas para consulta, replicação, padronização e utilização como método de aproximar suas Unidades e propiciar a documentação do acervo estratégico, fundamental ferramenta de apoio ao processo decisório.

Outro fator a ser evidenciado com a implantação de uma área específica de projetos é o *benchmarking*, iniciativa impulsionada que permite à organização não só assimilar experiências e conhecimentos disponíveis em outras organizações, públicas ou privadas, mas também contribuir para a melhoria contínua de outras organizações, em qualquer esfera de governo ou poder da República.

Final, mas não conclusivamente, temos a gestão do conhecimento, pois os dados e informações que serão disponibilizados no espaço específico tendem a ser atualizados em tempo real, propiciando a ampla consulta e aplicação dos conceitos, estratégias, funcionalidades e ferramentas utilizadas nos projetos em andamento ou já concluídos. Para tanto, há que se ter amplo apoio da Alta Administração para a consecução dos objetivos, sob pena de se tornar somente mais uma iniciativa que não levará a lugar algum. Aliado a isso, há, ainda, o fator de adesão voluntária daqueles que subsidiarão o escritório na formulação de estratégias, preenchimento de formulários e acompanhamento efetivo dos projetos. ■



Halitose:



o mau hálito
tem tratamento

QUASE UM TERÇO DA POPULAÇÃO
BRASILEIRA SOFRE DESSE
DESCONFORTO SEM SABER

INTERMET

PAULA ODA/ MC

Mesmo sendo simples se precaver do mau hálito, cerca de 30% da população brasileira sofre do problema, o que equivale a aproximadamente 60 milhões de pessoas, de acordo com a Associação Brasileira de Halitose.

Ter mau hálito ao acordar ou após horas em jejum ou até mesmo depois de ingerir um alimento rico em enxofre, como alho, amêndoas, cebola, couve, couve-flor, castanhas, feijão, lentilha, trigo, é normal. O que foge da normalidade é exalar um odor desagradável, pelo menos uma vez ao dia, sem estar aliado a nenhum desses fatores, ou após escovar os dentes. Pessoas que se encontram nessa situação podem ser consideradas portadoras de halitose e devem procurar ajuda de um especialista.

A palavra halitose tem origem do latim: "halitu", que significa ar expirado, e "osis", alteração. É empregada, portanto, para nomear o odor expirado pelos pulmões, boca e narinas. Para a Associação Brasileira de Halitose, o mau hálito não é uma doença, mas pode denunciar a ocorrência de uma patologia ou problema de saúde, além de poder sinalizar alguma alteração fisiológica. Em definição, é um sinal de que algo no organismo está em desequilíbrio, devendo ser identificado, por meio de um correto diagnóstico, e tratado adequadamente.

As causas desse problema, segundo o dentista especialista em halitose pela Faculdade de Odontologia São Leopoldo Mandic de Campinas, membro fundador e ex-presidente da Associação Brasileira de Halitose, Maurício Duarte da Conceição, são de origem bucal em 90 a 95% dos casos, oriundos da saburra lingual, que é uma placa bacteriana esbranquiçada que se forma na parte posterior da língua, de doenças da gengiva, como a gengivite, e das amígdalas, como os cáseos amigdalíticos e a tonsilite crônica caseosa.

Os outros 5 a 10% têm origem extrabucal, principalmente devido à hipoglicemia, que é o baixo nível de glicose no sangue, alterações hepáticas (do fígado), além de mudanças no comportamento renal e pulmonar. A origem do problema pode ser identificada pelo cheiro específico: "Causas bucais têm um odor característico de enxofre, e causas extrabucais têm diferentes odores, dependendo da sua origem", garante o especialista.

CONHEÇA AS PRINCIPAIS CAUSAS DA HALITOSE, SEGUNDO A SOCIEDADE BRASILEIRA DE HALITOSE:

1. SABURRA LINGUAL

A principal origem do mau hálito é um emaranhado de células mortas, restos de comida e bactérias que se depositam, formando uma camada branca ou amarela, sobre a língua, especialmente no finalzinho dela, perto da garganta. Como os micro-organismos são avessos ao oxigênio, é mais difícil montarem acampamento em sua ponta. Uma vez instalados, alimentam-se e soltam gases à base de enxofre.



2. CÁSEOS AMIGDALÍTICOS

São massas esbranquiçadas que se instalam em criptas das amígdalas.

O formato anatômico dessas estruturas na garganta ou a recorrência de infecções ali favorecem o aparecimento das bolotas. "Elas se formam da mesma forma que a saburra", diz o dentista Maurício Duarte. Portanto, a matéria-prima é a mesma. Se os cáseos escapam da garganta, lá vem o mau cheiro.

3. RINITE E SINUSITE

A boca tem comunicação direta com o nariz e os seios nasais. Quando eles ficam entupidos de muco e pus, as secreções deságuam na cavidade bucal e levantam o odor. "E, como o indivíduo com sinusite respira pela boca, ela sofre um ressecamento", diz a otorrinolaringologista Cleonice Hirata, da Universidade Federal de São Paulo. Cenário ideal, compartilhado pelas pessoas que roncam, para surgir o bafo.

4. PROBLEMAS INTESTINAIS

Essa repercussão a distância não é motivada por um impulso da comida – ou das fezes – de se opor às leis da gravidade. "Transtornos que afetam os movimentos do intestino alteram sua flora bacteriana e favorecem a formação de compostos ricos em enxofre", conta o gastroenterologista Francisco do Amaral. "Eles ganham a corrente sanguínea, passam pelos pulmões e são eliminados quando a gente fala."

5. GINGIVITE E PERIODONTITE

As bactérias que assolam a estrutura de sustentação dos dentes contaminam o hálito. "As lesões da doença periodontal são um reservatório de micro-organismos, que podem produzir compostos à base de enxofre", diz o perio-

dentista Enilson Sallum, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, no interior paulista. Quando há pus ou destruição do tecido, é impossível disfarçar o odor.

6. DIABETE

O mau hálito por aqui não tem aquele cheiro de putrefação típico do enxofre, mas lembra o da acetona. "Ele aparece quando o diabetes está descontrolado e se formam substâncias chamadas corpos cetônicos", explica a dentista Caroline Calil. Esses gases se originam principalmente no fígado, por causa da carência de glicose, e se despedem do corpo pela boca.

A idade favorece o mau hálito crônico. Até os 12 anos, apenas 10% das crianças sofrem do problema. Ao ultrapassar a sexta década de vida, o índice beira os 70%.

Para tratar do problema existem dentistas especializados em halitose, uma lista desses profissionais pode ser encontrada no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Halitose (www.abha.org.br). Quando a causa não é exclusivamente bucal, o paciente é encaminhado a um médico de outra especialidade, dependendo da patologia de cada um, para cuidado conjunto. O Conselho Federal de Odontologia não permite que os profissionais divulguem valores correspondentes a tratamentos, mas, segundo o doutor Maurício Conceição, o preço nesse caso pode ser comparado ao de uma televisão LCD de 32 polegadas, que, na média de cinco lojas consultadas, custa mil e duzentos reais (R\$1.200).

Quem não tem halitose pode prevenir o problema tomando, pelo menos, dois litros de água por dia, para incentivar a salivagem. Além de fazer uma correta higienização bucal com fio dental, escova de dente e limpador de língua. Evitar o jejum prolongado e o estresse em excesso também ajuda. "Quando estamos nervosos, liberamos adrenalina, hormônio com que as bactérias conseguem se alimentar, fazendo com que a boca fique seca, aumentando a liberação de gases fétidos", explica o dentista.

TRATAMENTO

O tratamento é dividido em cinco etapas, sendo que a primeira é a consulta detalhada, com uma investigação das possíveis causas da halitose e exames complementares, como a medição da produção de saliva e da concentração dos gases que produzem a alteração do hálito, análise clínico-bucal e extrabucal detalhada. Outra investigação essencial é a avaliação das alterações comportamentais que o paciente pode ter adquirido, como mascar chicletes para disfarçar o cheiro. Após esse processo, fecha-se o diagnóstico das causas e consequências da halitose.

Na segunda e na terceira etapa é executado o tratamento, em que o profissional elabora um plano de cuidados – que deve ser aprovado pelo paciente –, com o fim de corrigir o problema que o estava prejudicando, e de ensinar a forma correta de fazer a higiene da língua, a escovação dos dentes, o uso do fio dental, além de orientar mudanças de hábitos alimentares, alterações comportamentais adquiridas, para que o paciente recupere sua segurança, espontaneidade e autoestima.

O restante dos passos, quarto e quinto, são formados de retornos, que no início são de duas em duas semanas, por dois a quatro meses. Dependendo da evolução do paciente, após essa fase vem a alta. "É dada alta do paciente provisória por seis meses, se tudo estiver bem. Após esse tempo, ele retornará para uma manutenção, opcional em alguns casos e obrigatória em outros, dependendo da gravidade inicial de cada caso", esclarece o médico Maurício Conceição. ■



O DIA QUE MARCOU UMA DÉCADA

Nova Iorque homenageou as vítimas do 11 de setembro com a abertura de um memorial no local em que ficavam as Torres Gêmeas, em cerimônia que reuniu políticos democratas e republicanos. Nos dez anos dos ataques terroristas da AL Qaeda, familiares das vítimas do World Trade Center visitaram pela primeira vez o local, uma espécie de piscina com espelho d'água onde estão gravados os nomes dos parentes falecidos. A cerimônia reuniu o presidente democrata Obama e seu antecessor republicano, George W. Bush. Os nomes das vítimas foram lidos na inauguração do memorial.

Folha de S. Paulo
21/setembro/2011



FOME NA ÁFRICA

Centenas de pessoas morrem diariamente na Somália, região da África, de acordo com a ONU. A fome se espalhou para seis das oito regiões do sul do país, e cerca de 2.5 milhões de habitantes podem morrer de fome nos próximos meses devido aos efeitos da seca nas colheitas. O alerta foi lançado pelo primeiro ministro da Somália, nas Nações Unidas. O primeiro ministro realçou também que a gravidade da situação supera os recursos das autoridades, motivo pelo qual estaria apelando aos doadores internacionais por uma ajuda imediata.

Folha de S. Paulo
22/setembro/2011

OSCAR 2012

O filme Tropa de Elite 2 vai concorrer a uma vaga entre os indicados na categoria melhor filme estrangeiro na 84.ª edição do Oscar. A lista dos finalistas será divulgada no dia 24 janeiro de 2012. Já os vencedores serão revelados em uma grande cerimônia no teatro Kodak, em Los Angeles.

www.G1.com.br
23/setembro/2011

DISCURSO DA PRESIDENTE NA ONU REAFIRMA POSIÇÕES DA DIPLOMACIA BRASILEIRA, MAS REFLETE MUDANÇA SUTIL DIANTE DE UM NOVO CENÁRIO GLOBAL

Ao debutar na tribuna da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, a presidente Dilma Rousseff reiterou a correção de rumos de aspectos da política externa brasileira que vem patrocinando desde que assumiu. Constataram de seu discurso as posições mais sedimentadas da diplomacia nacional. Expressou o anseio por um assento permanente no Conselho de Segurança – órgão executivo máximo da ONU – e criticou intervenções unilaterais em países soberanos. Tocou também em temas atuais da crise econômica nos países centrais e das revoltas no mundo árabe.

O Estado de São Paulo
26/setembro/2011

INFECÇÃO HOSPITALAR MATA 100 MIL POR ANO NO BRASIL

A falta de cuidado com a higiene nos hospitais públicos e privados produz um quadro dramático no país: a cada ano, cerca de cem mil pessoas morrem devido às infecções hospitalares, conclui levantamento feito pela Associação Nacional de Biossegurança. O governo não tem dados consolidados sobre o problema, apesar de uma comissão ligada ao Ministério da Saúde ter sido criada há 26 anos com esse objetivo. A pesquisa da Anbio mostra que em média 80% dos hospitais brasileiros não fazem o controle adequado para evitar as infecções.

O Globo
20/setembro/2011





O Poder da linguagem

Tanto a linguagem quanto o Direito não estão prontos, acabados. Tanto um quanto o outro precisam da articulação criativa de seus manipuladores (homens e intérpretes) para que possam produzir os resultados a que se destinam, seja de conceber o mundo, seja de adequá-lo por meio de mecanismos de controle e de dominação. Sem linguagem não há mundo. É por isso que “Deus” tira a linguagem dos homens na “Torre de Babel”, pois ao tirar-lhes a linguagem, lhes tira o mundo, deixando, assim, os homens sem ação, pois eles precisam renomear todos os objetos para poder se entenderem. É preciso sempre ter uma pré-compreensão.

O Direito, apenas, aparece pela linguagem, pois, sem as palavras e sem a linguagem a lei não existe, consequentemente, também não existiria o Direito. A linguagem é uma forma de transmissão de pensamento. O direito, como tudo quanto existe, pode ser pensado, e deve ser pensado para ser algo justo. É perfeitamente possível e válido pensar o direito e pensar sobre o direito. Hannah Arendt denominou um de seus notáveis trabalhos de “A vida do espírito”, colocando como subtítulo a trilogia – o pensar, o querer e o julgar. José Joaquim Calmon Passos fez uma reformulação, substituindo por conhecimento, decisão e juízo. Calmon Passos dialogando com a doutrina de Hannah Arendt complementa:

Pensamos para conhecer. Desassistidos da orientação dos institutos precisamos saber e para isso refletimos sobre nós mesmos e sobre o que nos cerca, organizando o existente em termos de compreensão. Precisamos conhecer para decidir e decidimos segundo o julgamento feito com base naquele conhecimento elaborado. Pensando direito e objetivando o direito pensado, com base nele julgamos e decidimos. Podemos concluir que o direito, enquanto produto do pensamento e decisão (julgamento) é sempre linguagem, texto, juízos, proposição descritiva ou proposição prescritiva. A linguagem é o direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o direito da linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem.

Um dos mitos que cerca a linguagem jurídica é atribuir sentidos naturais aos enunciados jurídicos, como se eles, por si sós, fossem portadores de significados próprios. É o intérprete, enquanto sujeito do conhecimento, quem vincula o objeto a um significado. O Supremo Tribunal Federal teve a oportunidade de decidir um caso em que ficou destacada a primazia do intérprete sobre a linguagem natural.

O art. 243 da Constituição Federal estabelece que as glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. O objeto de interpretação neste julgado foi o termo “gleba”. A questão jurídica era saber se a desapropriação de glebas abrange toda a propriedade (25,80 hectares), ou apenas a área efetivamente cultivada (150 m²).

O relator à época, Min. Eros Grau, decidiu que gleba só pode ser entendida como a propriedade no seu todo. O sentido de cada palavra há de ser discernido no seu contexto e em face das circunstâncias do caso. A interpretação e aplicação do direito se fazem não apenas a partir de elementos colhidos do texto normativo (mundo do dever-ser), mas também a partir de elementos do caso ao qual será ela aplicada, isto é, a partir de dados da realidade (mundo do ser).

Interpretação diversa não poderia ser acolhida, pois conduziria ao absurdo de expropriar-se 150 m² de terra rural para nesses mesmos 150 m² assentar-se colonos. Andou bem a Suprema Corte, pois o propósito do legislador constituinte não estaria atendido, visto que pretendeu o constituinte exatamente utilizar a gleba para o assentamento de colonos para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos. ■

* Técnico judiciário da Subseção Judiciária de Pouso Alegre, mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal) e pós-graduado em Direito Constitucional, Processo Civil e do Trabalho pela Faculdade de Direito do Sul de Minas.

1. Texto produzido com aproveitamento de quanto dito em conferências pronunciadas no Rio de Janeiro, em Vitória e em Belo Horizonte, em 14.06.2000, no Seminário Lopes da Costa, iniciativa da PUC-MG.

2. STF, Tribunal Pleno, RE 543.974/MG, Rel. Min. Eros Grau, j. 26.3.2009.



Drive Thru processual.
Aproveite essa comodidade
que o TRF oferece para você.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região





Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br